



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MATHEUS RAMOS SANTANA

**“TRAGAM AS MÁQUINAS. A FÁBRICA É CONOSCO”: A EXPERIÊNCIA
INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE NAS PÁGINAS DA REVISTA DO FISCO
(1960- 1979)**

**CAMPINA GRANDE
2020**

MATHEUS RAMOS SANTANA

“TRAGAM AS MÁQUINAS. A FÁBRICA É CONOSCO”: A EXPERIÊNCIA INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE NAS PÁGINAS DA REVISTA DO FISCO (1960- 1979)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Me. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira.

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S232t Santana, Matheus Ramos.

"Tragam as máquinas. a fábrica é conosco" [manuscrito] : a experiência industrial de Campina Grande nas páginas da Revista do Fisco (1960- 1979) / Matheus Ramos Santana. - 2020.

56 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2021.

"Orientação : Prof. Me. Talita Rosa Mística Soares deOliveira , Coordenação do Curso de História - CH."

1. Campina Grande - Paraíba. 2. Industrialização. 3. Modernização. I. Título

21. ed. CDD 338.4

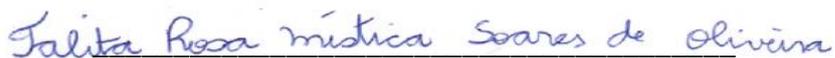
MATHEUS RAMOS SANTANA

“TRAGAM AS MÁQUINAS. A FÁBRICA É CONOSCO”: A EXPERIÊNCIA INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE NAS PÁGINAS DA REVISTA DO FISCO (1960-1979)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovado em: 03/12/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Doutorando. José dos Santos Costa Júnior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinador)

Dedico este trabalho a todos os colegas e trabalhadores que estão dia a dia atuando simultaneamente tanto nas linhas de produção das fábricas, como nas cadeiras das universidades em busca do sonho da formação acadêmica e na resistência pela sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

À Deus, Autor e consumidor da fé, grato sou por tão grande salvação outorgada na cruz do calvário, pelas suas misericórdias que não tem fim, por ter me dado saúde para percorrer todo esse caminho de pesquisa.

À todos os professores da UEPB, que contribuíram de forma satisfatória no processo de formação da minha vida acadêmica, em especial a minha professora e orientadora, Talita Rosa Mística Soares de Oliveira, pela sua dedicação e o seu talento como historiadora, que soube me ouvir, entender os meus anseios na pesquisa, indicando leituras e sugestões de análises.

A Vanessa Silva Reis, minha noiva, que sempre esteve em minha companhia, com seu amor e carinho, obrigado por ser essa pessoa maravilhosa, pelo seu empenho, e por sua ajuda no processo de pesquisa, nunca vou esquecer da sua determinação de fazer junto a mim o mapeamento da Revista do Fisco.

A todos os meus familiares, em especial aos meus pais, Genilson Santana e Francilene Ramos Santana, pelo o amor que transborda todo o meu ser, por serem a minha base e meu lar. Tudo o que sou hoje agradeço a vocês.

Aos Professores: Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro e Prof. Doutorando José dos Santos Costa Júnior pela disponibilidade em fazer parte da banca examinadora deste trabalho, obrigado por todas as falas e contribuições.

Por fim, quero agradecer a todos que participaram comigo nessa caminhada acadêmica, e aos que deram condição para que esse projeto fosse realizado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento da indústria em Campina Grande partindo da premissa que lideranças políticas e a elite empresarial campinense tentavam adequar a cidade como uma referência da sociedade moderna que se propagava no Brasil. Neste momento de início do século XX, percebemos mudanças estruturais na cidade, onde muitos símbolos do moderno foram se instalando, a exemplo de novas indústrias, a criação de distritos industriais, bem como a instalação de escolas técnicas dentre outras instituições que, na perspectiva das classes dirigentes, seriam aparatos fundamentais para a projeção da cidade enquanto pólo industrial modelo na região Nordeste. Assim, a partir de algumas das matérias publicadas nas páginas da Revista do Fisco (periódico dos auditores fiscais da Paraíba), analisamos como se deu a construção de estratégias e discursos que buscaram fomentar uma nova experiência industrial no município campinense, entre 1960- 1979, industrialização esta que se impôs baseada na ideia de modernização, desenvolvimento e progresso. Para isto, utilizamos Koselleck (2006) e Habermas (2000) para discutir o conceito de modernidade, e Rago (1985) para pensar as transformações na organização do espaço das fábricas propagado no período analisado.

Palavras-Chave: Campina Grande. Modernização. Industrialização. Revista do Fisco- Pb.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Industry development in Campina Grande, first of all, it is considering, the political leadership and the business elite from this city, tried to fit it as a reference of modern society in Brazil. At the beginning of XX century it is perceived some structural changes in the city where several symbols of modern were deployed, for instance: the new industries, the establishment of industrial districts, as well as, the deployment of technical schools, among other institutions. It, on the perspective of ruling classes, would be the main apparatus to the projection of Campina Grande as a model of an industrial pole in Northeast region. Then, from some articles published on the website of Revista do Fisco that is Paraíba auditors' periodical, after that it is analyzed how has started the construction of strategies and speeches which has motivated the new industrial experience in Campina Grande, between 1960-1979. This process of industrialization enforces based on the idea of Modernization, development and progress. For this purpose, this paper is relied on Koselleck (2006) and Habermas (2000) to discusses about the Modernity concept, and Rago (1985) to reflect upon the transformation in the factory space organization spread in the analyzed period.

Keywords: Campina Grande. Modernization. Industrialization. Revista do Fisco – PB.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Capa da primeira edição da Revista do Fisco.....	12
Imagem 2 – Distrito Industrial de Campina Grande em 1974.....	37
Imagem 3 – Capa da edição 72 da Revista do Fisco.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRAFEP – Associação dos Fiscais de Renda e Agentes Fiscais da Paraíba.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

CINEP – Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba.

FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba.

FUNDACT – Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica.

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

JK – Juscelino Kubitschek.

Ltda – Limitada.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

S/A – Sociedade anônima.

SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste brasileiro.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPÍTULO I. CAMPINA GRANDE NOS TEMPOS DE GLÓRIAS DO ALGODÃO: CONCEPÇÕES DO MODERNO E OS ELEMENTOS DA MODERNIDADE NA CIDADE	15
2.1. Campina Grande no período áureo do algodão.....	15
2.2. Concepções do moderno nas sendas da teoria.....	16
3 CAPÍTULO II. A EXPECTATIVA DO DESENVOLVIMENTISMO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK E NEWTON RIQUE	22
3.1. Nasceram as fábricas: A esperança do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.....	22
3.2. Newton Rique: O representante campinense do tão sonhado desenvolvimentismo.....	28
4 CAPÍTULO III. “UM PROJETO EMPRESARIAL VIÁVEL E RACIONAL”: A NOVA EXPERIÊNCIA FABRIL DE CAMPINA GRANDE	32
4.1. Uma outra industrialização no horizonte do progresso: O novo espaço de experiência fabril na cidade de Campina Grande.....	32
4.2. “Em Campina Grande, uma empresa modelo: Silvana”	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado parte da premissa de compreender, em primeiro momento, o início da industrialização na cidade de Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX, muitas empresas que se instalaram, tinham uma forte relação com a produção do algodão, no período em que a cidade estava no auge como o ponto central de distribuição do algodão, propriamente dito em volta das décadas de 1930 a 1940.

Na história do município, as fábricas chegaram no começo da década de 1920, se transformando em um dos marcos da modernidade campinense, sucedendo em um momento onde outros símbolos do moderno se aprofundaram na cidade.

A experiência industrial em Campina Grande até meados da década de 1940, estava relacionada com a cultura do algodão, as primeiras fábricas eram de tecelagem, beneficiamento, e de agave, todavia, na metade do século XX, o município campinense foi deixando lacunas na economia algodoeira, isso porque o “Ouro Branco” começou a se estagnar, percebe-se diante dessa estagnação sinais de crise na produção do algodão, em que a cidade já não se apresentava mais com a mesma intensidade de outrora, as indústrias ligadas a esse contexto sofreram um grande abalo, precisando se ressignificarem.

Nesta pesquisa busquei analisar a construção de uma nova experiência industrial na cidade, no período de entre 1960-1979, onde a esperança foi lançada na ideia do desenvolvimentismo, modernização e progresso¹. Nesse novo momento histórico, forças políticas e lideranças ligadas a técnica e o científico, tentavam adequar Campina Grande ao padrão modelo de sociedade moderna da qual se perpetuava no Brasil, esta nova experiência da indústria, seria a tentativa de progredir a cidade, de implementar um novo tempo, visando o futuro, para assim trazer de volta o brilho de uma cidade que se dizia moderna através dos discursos narrados na Revista do Fisco.

Todo historiador ao pesquisar sobre algum tema, sempre se volta para seu objeto de estudo a partir de inquietações do presente e de coisas relacionadas ao contexto em que está inserido, assim, o interesse em realizar este estudo me veio ao longo da graduação, ao observar que existem variados tipos de indústrias que se encontram no município campinense, muitas destas são de grande porte como no caso da Alpargatas S/A, localizada na avenida Assis

¹ O ideal desenvolvimentismo fazia parte do projeto nacional proposto por Juscelino Kubistchek enquanto presidente da república em 1956, no decorrer do texto vamos mostrar como se deu o plano econômico implementado por seu programa de metas.

Chateaubriand no Distrito Industrial, e que tem uma enorme importância para a economia local, até o momento esta é a maior empresa de Campina Grande, empregando em torno de 8.000 trabalhadores, dos quais sou funcionário.

A experiência na fábrica despertou em mim o desejo de conhecer mais sobre o processo de industrialização da cidade, e então, vi na elaboração do trabalho de conclusão de curso, a oportunidade de investigar este tema à luz da História.

Dentre os historiadores locais que contribuíram ricamente com o estudo da industrialização de Campina Grande, destaco a pesquisa do professor Gervácio Aranha² (1991), suas análises são de grande relevância para entender o contexto do desenvolvimento do comércio algodoeiro no município, abarcando toda primeira metade do século. Sua escrita proporciona um conhecimento das primeiras fábricas e sua relação com a atividade da cotonicultura.

Outro historiador que ressaltado é Danilo Souza³ (2016), que em sua dissertação de mestrado problematizou a construção do ideal desenvolvimentista industrial a nível nacional, adentrando para a cidade de Campina Grande na sua busca da modernização em seu contexto urbano. Destaco também o historiador Damião Lima⁴ (1996), que colaborou em sua dissertação analisando o processo de industrialização do país, relacionando com o projeto de modernização estabelecido na região nordeste, dando ênfase à Campina Grande.

Essas e outras leituras foram bastante pertinentes para a construção desse texto, assim meu trabalho intitulado: “Tragam as máquinas. A fábrica é conosco”: a experiência industrial de Campina Grande nas páginas da Revista do Fisco (1960- 1979)”, caminha na mesma direção dos trabalhos acima citados.

Entretanto, um dos diferenciais deste trabalho em relação as contribuições acadêmicas anteriores está na fonte utilizada para sua realização. O período de pandemia do qual estamos vivendo, relacionado a doença do Covid 19, me levou a produzir um trabalho de conclusão de curso de caráter bibliográfico e documental, uma vez que nestas condições, seria inviável realizar uma pesquisa de campo junto aos trabalhadores das fábricas campinenses.

² Nessa pesquisa, utilizamos da dissertação de mestrado, “Campina Grande no Espaço Econômico Regional: Estrada de Ferro, Tropeiros e Empório Comercial Algodoeiro (1907-1957)”, e da tese de doutorado, “Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e Região: Tramas Político-econômicas e Práticas Culturais (1880- 1925)”, do historiador Gervácio Batista Aranha.

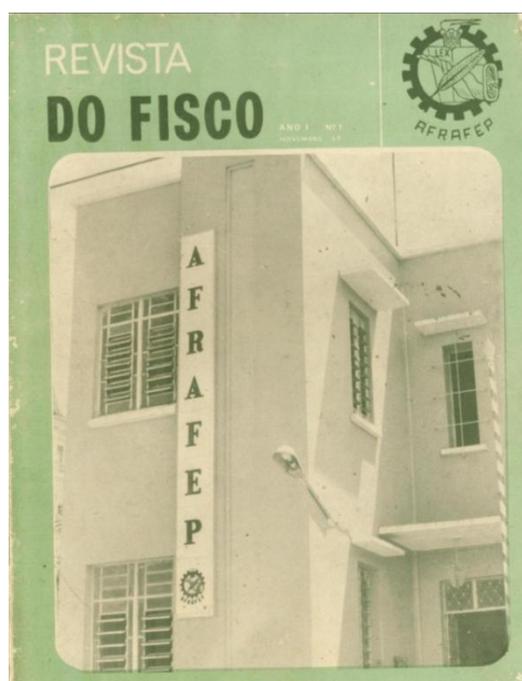
³ No decorrer do nosso estudo, dialogamos com a dissertação de mestrado, “O Ideário de Industrialização E Desenvolvimentismo nas Representações do Diário da Borborema (1957-1979)” do historiador Danilo Rodrigues Souza.

⁴ A dissertação de mestrado, “O Processo de Industrialização Via Incentivos Fiscais: Expansão e Crise em Campina Grande”, do historiador Damião de Lima, é um dos nossos aportes no caminhar da pesquisa.

Diante deste desafio, após uma intensa busca por materiais que abordavam o recorte temático escolhido, acabei encontrando o acervo online da Revista do Fisco⁵, material que abordou ao longo de suas edições os acontecimentos relacionamos a economia da Paraíba e seus municípios, caracterizando-se assim, numa fonte rica e acessível para análise desse tema.

A Revista do Fisco foi criada pela AFRAFEP – Associação dos Fiscais de Renda e Agentes Fiscais da Paraíba. A associação teve a ideia de produzir um jornal do fisco paraibano na década de 1960, tendo como público-alvo a classe econômica local bem favorecida da época, dentre eles, contadores, advogados, promotores, juízes, empresários, todos que lidam com questões fiscais e tributárias. De um jornal, a AFRAFEP introduziu um outro segmento do mesmo, uma revista mensal, então surgiu a Revista do Fisco, no ano de 1969. Aqui destacamos a capa da primeira edição:

Imagem 1: Capa da primeira edição da Revista do Fisco.



Fonte: REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 1, ano 1, n. 1, novembro 1969.

A Revista do Fisco é um periódico mensal constituído pelo o órgão de classe do fisco paraibano, produzida pelos próprios servidores, tendo a contribuição de jornalistas, e técnicos em artes gráficas. Sua primeira edição, como foi mostrado acima, é de 1969, intensificando sua produção na década de 1970. Seu objetivo era trazer matérias relacionadas a questão fiscal, tributária, econômica, financeira, administrativa, e as atividades gerais dos governantes.

⁵ A Revista do Fisco está disponível em: <<https://novarevistafisco.com.br/>>.

A revista também aborda sobre o comércio, a agricultura, e a industrialização, tendo como público alvo o setor privado, de uma elite empresarial que lidava com as questões burocráticas no campo industrial e do comércio local.

Trazendo a Revista do Fisco como fonte para esta pesquisa, realizei um mapeamento entre as edições e, relacionando as fontes com os teóricos da história que tratam da temática, cheguei ao recorte de 1960-1979, período em que Campina Grande passou a experimentar uma segunda onda de industrialização no qual em concorrência direta com o Sudeste na corrida econômica, a cidade passa a ser projetada nos jornais e revistas enquanto um local ideal para receber capital e investimentos dos grandes empresários do país.

Me proponho a analisar como que, na tentativa de romper com as imagens ligadas ao tradicional, ao antigo, ao atraso, Campina Grande passa a ser retratada enquanto um lugar de grande importância regional e de potencial para um forte crescimento industrial.

Uma indústria não mais insalubre, mas sim, moderna, adaptada, atendida com os discursos de racionalidade e cientificidade, estando pronta para a instalação de “fábricas higiênicas⁶”, dispondo de uma abundante mão de obra qualificada, a altura das exigências sanitárias e modernas pregadas pelo clima de desenvolvimento nacional.

Assim, a Revista do Fisco consiste em um importante registro de tais discursos, nos quais os governantes, empresários, nomes ligados a economia local irão propagar discursos imagéticos sobre a cidade enquanto pólo industrial e moderno.

Assim, a Revista do Fisco consiste em um importante registro de tais discursos, nos quais os governantes, empresários, nomes ligados a economia local propagaram discursos imagéticos sobre a cidade enquanto pólo industrial e moderno.

A fim de cumprir com o objetivo da pesquisa, estruturamos o texto em três capítulos: O primeiro intitulado: “*Campina Grande nos tempos de glórias do algodão: concepções do moderno e os elementos da modernidade na cidade*”, fizemos uma breve apresentação de Campina Grande no período áureo do algodão, analisando o conceito de moderno para entender como a modernidade foi se adentrando na cidade.

No segundo capítulo: “*A expectativa do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e Newton Rique*”, nos propomos a analisar o nascimento das fábricas em Campina Grande, refletindo sobre seu período de crise na década de 1940, e a construção de uma nova experiência fabril a partir da década de 1950, traçando um paralelo entre os ideais desenvolvimentistas

⁶ RAGO (1985).

influentes nas gestões de Juscelino Kubistchek, como Presidente da República do Brasil, e Newton Rique, como prefeito de Campina Grande.

Por último, no terceiro capítulo, “*Um projeto empresarial viável e racional: a nova experiência fabril de Campina Grande*”, abordaremos entre os anos 1960- 1979, a construção de uma nova concepção de indústria implementada no município campinense com a instalação das fábricas ditas como modernas, com destaque para a Indústria Metalúrgica Silvana Ltda.

São fábricas que surgem interligadas a ideia de modernidade, higienização, produtividade e progresso. Uma nova maneira de se pensar o ambiente fabril, e que colabora para a elaboração de Campina Grande enquanto um importante centro econômico no contexto nacional.

2 CAPÍTULO I. CAMPINA GRANDE NOS TEMPOS DE GLÓRIAS DO ALGODÃO: CONCEPÇÕES DO MODERNO E OS ELEMENTOS DA MODERNIDADE NA CIDADE.

2.1. Campina Grande no período áureo do algodão

A época do algodão foi um momento propício para Campina Grande, o que elevou a cidade a ter um destaque no contexto nacional. Entretanto devemos nos questionar, em que momento o algodão, “o ouro branco” do Nordeste, transformou a economia não somente da região nordestina como também do estado da Paraíba? Primeiramente o Nordeste brasileiro se adentrou como região produtiva do algodão já no século XVIII, onde a matéria prima era exportada para a indústria têxtil inglesa, mas ainda não era o auge do algodão no Nordeste.

E quando seria? Segundo os geógrafos Farias & Costa:

O verdadeiro rush algodoeiro nordestino atingiu o seu clímax durante a Guerra da Secessão, quando o Sul dos Estados Unidos, sem o controle dos mares, viu-se de fora do mercado consumidor inglês. Foi nessa lacuna deixada pela ausência da produção estadunidense nos mercados internacionais que a produção algodoeira do Agreste e do Sertão da Paraíba se inseriu. Assim, essas regiões paraibanas tiveram suas paisagens cobertas pelo branco das fibras desse ‘ouro branco’ para a sua economia. (FARIAS & COSTA, 2017, p. 10).

Diante desses argumentos analisamos que a produção algodoeira cresceu de forma exorbitante nas partes interioranas do Nordeste, mais precisamente da Paraíba, isto é do Agreste, Brejo e Sertão. A cotonicultura, quer dizer, a cultura do algodão, fez com que cidades do interior paraibano, entre o final do século XIX e início do século XX, tivessem um desenvolvimento da vida urbana, como no caso de Campina Grande, que se tornou cidade e uma grande exportadora de algodão para o mundo.

O historiador Aranha, explana sobre a cidade de Campina Grande no tempo da efervescência do algodão, afirmando que:

Campina Grande desponta como uma cidade que respira algodão por todos os poros, concentrando aí um enorme volume de negócios no setor de comercialização e beneficiamento do produto, ao qual se alia uma bem aparelhada capacidade no setor dos transportes: inicialmente com a estrada de ferro (do início do século ao final da década de 1930); depois com a proliferação dos caminhões (da década de 1940 em diante)[...] Campina Grande foi considerada um dos maiores centros algodoeiros do país, uma espécie de ‘Liverpool’ brasileira. (ARANHA, 1991, p. 131- 132).

Nesse período de efervescência do algodão na Paraíba, Campina Grande teve um grande destaque, isto porque ela empacotava e comercializava para outras cidades e nações, o algodão

que era produzido em outras cidades do estado, além do mais, todo algodão produzido era encaminhado para o município por via dos tropeiros e do trem, o qual distribuía o mesmo, servindo assim como uma praça intermediária, que estava interligada com o sertão, o litoral, e a praça pernambucana.

Sobre os tropeiros, Aranha, afirma que eles “desembarcavam principalmente o algodão trazido no lombo de animais e se abasteciam de inúmeros produtos fornecidos pelo comércio local, como farinha de mandioca, açúcar, querosene, sabão, tecidos, ferragens”. (ARANHA, 1991, p. 99).

Esse desenvolvimento do comércio algodoeiro em Campina Grande, fez com que a cidade obtivesse um enorme crescimento, sendo considerada com uma das maiores cidades do interior do nordeste já mesmo no início do século XX. Esta constante evolução da modernização, fez com que símbolos e traços do moderno fossem introjetados na cidade.

Mas, antes de refletirmos sobre as transformações urbanas de Campina Grande neste período, iremos discutir um pouco sobre o que podemos compreender sobre a ideia de moderno e modernidade sob a luz da historiografia.

2.2. Concepções do moderno nas sendas da teoria

Sempre quando pensamos o que é moderno, nossas lembranças nos remetem a ideia do novo, do atual, do recente. Porém, nem sempre temos a percepção de que os conceitos, são pensados e construídos, a partir do período que os gestou. Em sua obra “História e Memória” (1990), no capítulo: “Antigo/Moderno” o historiador Jacques Le Goff, vai nos explicar como o conceito de moderno foi sendo criado diante de elementos da ruptura com o passado.

O moderno é pensado como algo novo, para se distinguir do que veio antes, essa diferenciação foi sendo reformulada em cada momento histórico, Le Goff afirma que:

O estudo do par antigo/moderno passa pela análise de um momento histórico que segrega a idéia de 'modernidade' e, ao mesmo tempo, a cria para denegrir ou exaltar – ou simplesmente, para distinguir e afastar – uma 'antiguidade', pois que tanto se destaca uma modernidade para promovê-la como para vilipendia-la. (LE GOFF, 1990, p. 170).

Na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, no século XV, período este também chamado de Renascença, o conceito de moderno se contrapõe a época medieval. Para os pensadores renascentistas, o medievo foi discursivamente pensado como uma era das trevas, um período de 1000 anos de escuridão, época do atraso, do esquecimento, da decadência. Se tratava de uma sociedade saturada, a era medieval foi sendo presumida como uma cultura que

estava em declínio, se findando, despedindo-se, e era por isso que a sociedade dita moderna se opunha a este momento histórico.

Para Le Goff, o antigo e o moderno na sociedade da Idade Moderna seria a tentativa de se afastar da época medieval e ao mesmo tempo promover algo novo. Entretanto, se opor a este passado imediato, não quer dizer que não houve outras antiguidades satisfatórias, nas palavras do historiador, “o moderno, na sua luta contra o antigo, será levado a aliar-se às outras antiguidades, precisamente aquelas que a Antiguidade greco-romana tinha substituído, destruído ou condenado: os primitivos e os bárbaros” (LE GOFF, 1990, p. 172).

No período Renascentista o moderno se constitui como algo que apresenta o novo em detrimento do passado medieval, entretanto, ela busca se relacionar com outras antiguidades anteriores a Idade Média, em outras palavras, o moderno na renascença precisa do passado distante para se promover como o novo, este passado, remonta a antiguidade clássica, evocando as tradições greco-romanas.

O Renascimento se constrói sob a narrativa de fazer um resgate dos ideais da cultura e das concepções da Antiguidade Clássica, “rejeitadas” pelo medieval. Sendo assim, na Idade Moderna, de acordo com Le Goff, “o entendimento entre antigo e moderno fez-se, eliminando a Idade Média” (LE GOFF, 1990, p. 176).

Na metade do século XIX e início do XX, o par antigo/moderno vai sendo resignificado, surgem outras concepções derivadas do moderno, como o modernismo, este foi descrito como uma reação contra as tradições acadêmicas, propagando uma ruptura com o modelo antigo de arte greco-romana, a arte aqui já não tinha mais relação com o antigo, em outras palavras, o modernismo foi constituído como um agrupamento de tendências artísticas que promulgavam as liberdades, rompendo assim com o passado tradicional, segundo Le Goff:

Aparecem três novos pólos de evolução e de conflito: na passagem do século XIX para o XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa reclamam-se ou são rotulados de "modernismo" – termo que marca o endurecimento, pela passagem a doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos os problemas da "modernização", que se radicalizam com a descolonização, posterior à Segunda Guerra Mundial; para concluir, no seio da aceleração da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a "modernidade". (LE GOFF, 1990, p. 179).

É neste contexto histórico do modernismo, entre o século XIX e XX, que tanto a modernização, arraigada num capitalismo sobre constante transformação onde as forças produtivas se disseminavam, como também o nacionalismo que articula os processos de construção de uma identidade nacional se inserem. De acordo com Le Goff:

A modernidade é o resultado ideológico do modernismo. Mas ideologia do inacabado, da dúvida e da crítica – a modernidade é também impulso para a criação, ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo e a tendência para ao academismo. (LE GOFF, 1990, p. 190).

De acordo com o autor, a modernidade, entre o século XIX e XX, foi produzida de forma ambígua com o antigo modelo de sociedade, não buscando mais se espelhar em modelos de outra época, pelo contrário, a modernidade passa agora a apresentar um novo padrão de coletividade, está inserida em novo modelo de economia, de política, de uma cultura da vida cotidiana e uma cultura de massas, uma nova mentalidade. Ela está enraizada em um projeto de industrialização, de mecanização, da técnica, da racionalização, e do progresso.

Nesse contexto, nas palavras do teórico Habermas: “a modernidade vê-se referida a si mesma, sem a possibilidade de apelar para subterfúgios. Isso explica a suscetibilidade da sua autocompreensão, a dinâmica das tentativas de ‘afirmar-se’ a si mesma, que prosseguem sem descanso até os nossos dias” (2000 p. 12), desta forma, a ideia de moderno no contexto da dita modernidade, passa agora a ter uma relação não mais com o resgate da antiga cultura clássica, mas sim, centrada em si mesma, alicerçada na ideia do desenvolvimento e do rápido crescimento.

A busca pelo imediato, pelo novo, pelo inédito, se dá sempre nesse exercício de negação ao passado recente, dando num ritmo mais acelerado a esse jogo entre antigo/moderno conforme elucidado por Le Goff:

A oposição antigo/moderno, que é um dos conflitos através dos quais as sociedades vivem as suas relações contraditórias com o passado, agudece-se sempre que se trata de lutar contra um passado recente, um presente sentido como passado, ou quando a querela dos antigos e modernos assume as proporções de um ajuste de contas entre pais e filhos. (LE GOFF, 1990, p. 196).

Este ajuste de contas podemos entender como uma tentativa da modernidade, em ligar-se a ideia de razão, opondo-se contra as forças do passado ligado à tradição. O moderno se apresenta como uma ruptura com o velho, ele provoca uma descontinuidade com o tradicional, o mundo moderno se denota com superioridade em relação ao mundo clássico, ele se lança sobre os percursos do futuro.

De acordo com Habermas; “Uma vez que o mundo novo, o mundo moderno, se distingue do velho pelo fato de que se abre ao futuro, o início de uma época histórica repete-se e reproduz-se a cada momento do presente, o qual gera o novo a partir de si” (HABERMAS, 2000, p. 11). Ou seja, na perspectiva da modernidade, o mundo moderno se constrói enquanto o novo em cada momento histórico, um “presente que se compreende, a partir do horizonte dos novos tempos, como a atualidade da época mais recente, tem de reconstituir a ruptura com o passado como uma *renovação contínua*” (Idem, p. 11).

Sendo assim, o “moderno tende, acima de tudo, a se negar e destruir” (LE GOFF, 1990, p. 197), sim, pois, o mundo que se diz moderno está em constante desintegração, mudança, luta, e contradição, ou como diz o filósofo Berman, o ser moderno está inserido dentro de um conjunto de experiências da modernidade, isto implica dizer que ser moderno: “é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1986, p. 14).

Diante disso, entendemos que nesta relação entre antigo/moderno, os dois caminham de lados opostos, porém, o moderno, para ser pensado enquanto algo novo, precisa do que é considerado antigo para “desintegrá-lo”, e “vilipendia-lo” e assim, afirmar-se como inédito.

O historiador, Reinhart Koselleck, também analisa as concepções do moderno, ele aborda sobre como os acontecimentos históricos são narrados pela a experiência de cada temporalidade. Para ele, os atos linguísticos constituem uma narrativa histórica, ela só é composta porque tem a linguagem como seu veículo condutor, de outra maneira, a história é quem conserva o tempo, isso quer dizer, que não há tempo pensado o qual não seja narrado, a história se torna algo então pensado, ela só existe através das narrativas que chegaram até nós.

Sendo assim, a História, segundo Koselleck, “é temporalizada, no sentido de que, graças ao correr do tempo, a cada hoje, e com o crescente distanciamento, ela se modifica também no passado, ou melhor, se revela em sua verdade” (KOSELLECK, 2006, p. 287).

O tempo moderno traz em si uma narrativa de diferenciação ao que veio antes, o autor utiliza o conceito de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” para analisar o tempo histórico, no seu entendimento, a “experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 309), ou seja, todo ser pensa e interpreta o passado através de uma experiência, a qual se reformula em cada época, esse passado está carregado de várias subjetividades do tempo histórico, nas palavras de Koselleck:

Para podermos chegar à experiência de um novo tempo, vamos recorrer a uma distinção semântica que já está presente na expressão ‘tempo moderno’. Esta expressão pode significar ou a simples constatação de que o ‘agora’ é novo, de que o tempo atual se opõe ao tempo passado, seja qual for a profundidade desse passado. Neste sentido se forjou a expressão ‘modernus’, que desde então não perdeu o significado de ‘atual’. (KOSELLECK, 2006, p. 274).

Entendemos aqui que o tempo moderno se constitui como o recente, o atual, onde se contrasta ao tempo passado, o conceito de moderno confere um sentido de diferença, ou superioridade, ao tempo anterior, este novo tempo traz consigo novas experiências das quais ainda não foram pensadas, e como afirma o historiador, uma vez “registradas historicamente

novas experiências, presumivelmente jamais feitas antes, tornou-se possível compreender também o passado como fundamentalmente diferente” (Koselleck, 2006, p. 287), por isso que cada temporalidade histórica tem um presente com experiências distintas, das quais se diferem das experimentações passadas, e transita com o futuro que há de vir sob novas expectativas, nas palavras de Koselleck, “cresce a diferença entre passado e futuro, de modo que a época que se vive é experimentada como um tempo de ruptura e de transição, em que continuamente aparecem coisas novas e inesperadas” (2006, p. 294).

Dessa forma, o tempo moderno se estabelece como uma experiência humana, do seu momento histórico, no tempo presente, uma experiência onde se distingue do antigo e percorre em direção ao futuro.

Entretanto, devemos salientar que, tais experiências não se constituem como um rompimento com o modelo de sociedade rural e tradicional. A modernidade caminha ao lado do antigo sob tensão⁷.

Assim, voltando ao nosso objeto de estudo, é possível identificar, na sociedade de Campina Grande, a tentativa de civilizar⁸ o espaço urbano, deixando-o mais alinhado aos símbolos da modernidade, como o telégrafo, o trem, o automóvel, o cinema, a telefonia residencial, a luz elétrica, e também a indústria, porém, tal experiência ocorre ao lado de elementos do arcaico, a exemplo da insalubridade do espaço citadino. Consideramos, pois, que tais experiências são vivenciadas a partir de uma hibridação cultural⁹ da sociedade tradicional e rural, articulada com o fator urbano em transformação.

⁷ Segundo os historiadores Gomes & Santos: “Sobre essa tensão, ao que discorremos, podemos percebê-la quando pensamos a configuração das cidades modernas, onde a insalubridade, o perigo, as ruelas escuras e lamacentas, os becos, os vícios, a imoralidade, os cheiros e os odores, enfim, uma infinidade de elementos e características que, mesmo à beira de serem destruídas para logo serem reconstruídas no tocante às novas conformações urbanas, denunciavam a presença do arcaísmo, do velho, do passado. Neste contexto a fronteira entre o novo e o arcaico não estava tão nitidamente definida, chegando mesmo a fundirem-se em alguns momentos. (GOMES & SANTOS. 2011, p. 7).

⁸ É importante destacar que a ideia de “civilizar-se” tem formações ocidentais, o Ocidente idealizou a concepção de “civilização”, segundo o historiador Elias o conceito de civilização: “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui a caráter especial e aquilo de que se orgulha: a nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, a desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.” (ELIAS. 1994, p. 23).

⁹ O historiador García Canclini analisa o conceito de formação híbrida para entender como os países latino-americanos, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, se relacionaram com o advento da modernidade, o autor afirma que: “Os países latino-americanos são atualmente resultado da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas (sobretudo nas áreas mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das ações políticas educativas e comunicacionais modernas. Apesar das tentativas de dar à cultura de elite um perfil moderno, encarcerando o indígena e o colonial em setores populares, uma mestiçagem interclassista gerou formações híbridas em todos os estratos sociais.” (GARCÍA CANCLINI. 2008, p. 73- 74).

Dessa maneira, Campina Grande vai se construindo como uma cidade moderna, se inserindo dentro de uma experiência do tempo moderno, experimentando elementos do novo, como o Trem, os automóveis, e também a indústria. Cabral filho afirma que:

Nesta cidade as mudanças ocorreram e foram plenamente percebidas e vivenciadas; percebem-se claramente a emergência da transformação da paisagem urbana não apenas pelas modificações fisionômicas que Campina Grande ia experimentando, mas também pela presença de outros símbolos deste processo, no qual, por exemplo, caminhões e automóveis passam a disputar o espaço das ruas da cidade com animais de carga e com pedestres. (CABRAL FILHO, 2009, p. 45).

O processo de modernização¹⁰ em Campina Grande inseriu, no início do século XX, outros segmentos do desenvolvimento técnico tal qual o moderno apresentava, como o telégrafo, que foi implantado desde 1896, além dos primeiros cinemas, a iluminação pública, o transporte urbano, como também das primeiras indústrias de Beneficiamento, fiação e tecelagem, os quais nasceram devido a Cotonicultura.

Inicia-se assim um espectro da modernização na cidade, a partir de novas políticas sociais, onde o ritmo temporal está em constante aceleração, como diz Koselleck, tanto “o progresso sociopolítico quanto o progresso técnico-científico modificam os ritmos e os prazos do mundo-da-vida graças à aceleração” (Koselleck, 2006, p. 321), este ritmo acelerado começa a mudar também a paisagem do município, seriam esses os primeiros sinais de urbanização da cidade.

¹⁰ Entendemos assim, que o processo de modernização foi um projeto acompanhado de diferentes transformações, tanto no campo cultural, econômico quanto no que se refere a infraestrutura das cidades, que passaram a ser modificadas para atender às novas exigências deste modelo. Assim, esta inserção de Campina Grande no contexto da modernização promoveu uma série de medidas higienistas do espaço, inspiradas nos países Europeus.

3 CAPÍTULO II. A EXPECTATIVA DO DESENVOLVIMENTISMO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK E NEWTON RIQUE.

3.1. Nasceram as fábricas: A esperança do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

Partindo do pressuposto que a modernidade se insere dentro de um mundo industrializado, onde as forças produtivas do capitalismo estão a todo vapor, encontramos na cidade de Campina Grande as primeiras indústrias de beneficiamento, fiação e tecelagem, as quais surgiram diante da cultura do algodão, muitas delas se fixaram próximas ao Açude Velho e o Açude de Bodocongó, pois tinham reservas de água suficiente para o mantimento da fábrica.

As indústrias iniciais da década de 1920, eram fábricas aplicadas a atividade algodoeira, mas não eram empresas grandes de Multinacionais, e sim de pequeno porte e médio porte. As principais fábricas que vieram para Campina Grande, e que tinham um grande planejamento, surgiram na década de 1930, “com a entrada de poderosas multinacionais do setor algodoeiro, tais como a SANBRA e a Anderson Clayton, que abalaram os pequenos empreendimentos algodoeiros locais” (FARIAS & COSTA, 2017, p. 19).

Essas indústrias beneficiavam e prensavam o algodão¹¹, sendo elas as primeiras unidades de indústrias do município, de acordo com Gonzaga de Sousa:

Com a estruturação da agricultura campinense, com as famigeradas feiras de gado no município e nas circunvizinhanças e com a vinda de pessoas para esta cidade, começa-se o processo de beneficiamento de alguns produtos de importância para o Estado. Com isto, surgiram as primeiras fábricas em Campina Grande, como foi o caso das fábricas de beneficiamento de algodão e de sisal. Com o advento do setor de transformação, surgiram a SANBRA, a ANDERSON CLAYTON, Zé Marques de Almeida, e poucas outras empresas que tinham a finalidade de beneficiar produtos da terra para uso doméstico e até mesmo exportar. Foi desta forma que apareceu a indústria campinense, mas sem esquecer a sua vocação comercial que sempre teve. (GONZAGA DE SOUSA, 2006, p. 73).

No que se refere a citação acima, analisamos o quanto as primeiras fábricas de Campina Grande estavam ligadas ao advento da produção de algodão e do sisal¹² no estado da Paraíba. Dentre as primeiras indústrias, destacam-se a SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste brasileiro, de 1935, ANDERSON CLAYTON, 1935, Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda, em 1925, Indústria Têxtil de Campina Grande, em 1933, Companhia Paraibana

¹¹ Para mais leituras referentes as indústrias de beneficiamento e tecelagem em Campina Grande, indicamos o livro “Tecendo Memórias, Fazendo Histórias: Mulheres e Trabalho Têxtil em Campina Grande- Pb entre 1960 e 1990”, da historiadora Francisca Pereira Araújo. (ARAÚJO, 2017).

¹² Sisal é o nome dado a uma planta e a fibras que ela fornece, através das fibras de sisal, produzem cordas, tapetes, cestos, e dentre outros objetos.

de Beneficiamento e Prensagem de Algodão, de 1919, e Campinense Indústrias Gerais S/A – Cotonifício Campinense, de 1939.

As primeiras fábricas que se instalaram no município tiveram uma ligação muito forte com a produção do algodão, muitas empresas que se fixaram, vieram no período áureo onde Campina Grande era o centro distribuidor do algodão, mais precisamente entre as décadas de 1930 a 1940.

Sendo assim, a Indústria que chegou na cidade por volta da década de 1920, se transformou em um dos símbolos da modernidade campinense, isto aconteceu em um período onde outros elementos do moderno se adentraram no município, o qual, proporcionado pela produção do algodão, fez com que a Rainha da Borborema se tornasse um polo de distribuição do “Ouro Branco”.

Devemos ressaltar que as indústrias que se instalaram na cidade até a década de 1940 estavam fortemente ligadas a cotonicultura, entretanto, a partir da década de 1950, Campina Grande foi perdendo espaço na economia algodoeira, isto porque o “Ouro Branco” começou a se estagnar, percebemos diante dessa estagnação sinais de crise na produção do algodão, e a cidade parou de crescer economicamente, “Campina começa a ser ultrapassada não só na produção do algodão, mas também perdendo espaço em outras esferas importantes da economia” (SOUZA, 2016, p. 35).

Aranha relata sobre essa estagnação na atividade algodoeira de Campina Grande, o mesmo afirma que:

A atividade algodoeira em Campina Grande já não se apresenta com o mesmo ímpeto das décadas anteriores. É óbvio que na década de 1950 Campina Grande ainda concentra, especialmente, uma parte significativa da economia algodoeira na Paraíba. Entretanto, já existe evidências claras de que o comércio local não mais açambarca a quase totalidade da produção algodoeira do Estado. (ARANHA, 1991, p. 170- 171).

Era fundamental uma nova experiência industrial na cidade, assim, a partir da década de 1960, em Campina Grande, forças políticas e lideranças ligadas a técnica e o científico, tentavam adequar o município ao padrão modelo de sociedade moderna da qual se perpetuava no Brasil.

Esta nova experiência da indústria, seria a tentativa de progredir a cidade, de implementar um novo tempo, visando o futuro, para assim trazer de volta o brilho de uma cidade que se dizia moderna entre os cidadãos campinenses.

Na esperança de um novo tempo para a nação brasileira, de um tempo histórico onde as experiências estão em constante transformação, caracterizado pela a utopia desenvolvimentista, interligado ao desenvolvimento científico e técnico, surge, na década de 1950, a imagem de

Juscelino Kubitschek, conhecido pelas iniciais de seu nome, JK, como um dos propagadores do desenvolvimentismo no Brasil.

O Brasil desde a década de 1940 tentou construir uma experiência da modernização e desenvolvimento em sua sociedade como relata Delgado:

A proposta de modernização desenvolvimentista, dirigida pelo Estado, contagiou expressivo segmento da população brasileira naqueles anos. O clima efervescente da época repercutia em um parlamento atuante que se transformou em caixa de ressonância de diferentes projetos partidários e de proposições transformadoras da sociedade civil. (DELGADO, 2011, p. 173).

Percebemos assim, que havia uma grande esperança na ideia desenvolvimentista, uma crença onde a modernização, através da industrialização, alicerçada em um horizonte de futuro, traria o progresso do país.

Em 1956, Juscelino Kubitschek, chegou à presidência da república, e com ele, alguns projetos de desenvolvimento econômico do país tendiam a mudar. De acordo com o historiador Souza: “JK buscou construir um lugar de confiança entre os brasileiros, apontando para todas as potencialidades que a nação e sua população poderiam desenvolver, alimentando expectativas de um futuro desenvolvido e industrialmente maduro” (SOUZA, 2016, p. 40).

Neste horizonte de expectativas, o então Presidente da nação brasileira disseminava muitas ideias para o progresso do Brasil, seu objetivo era de pôr em prática um plano de metas, ou seja, um conjunto de projetos os quais pretendiam solucionar os problemas econômicos do país.

Dentre estas metas estava o fomento de uma indústria nacional consolidada, isto é, uma indústria de base. Seu pensamento estava no desenvolvimentismo, tirar o Brasil do subdesenvolvimento, “onde todo o atraso econômico vivido pelo país [...] seria revertido através da famosa proporção de ‘cinquenta anos em cinco’, sendo este último o tempo previsto para o seu mandato.” (SOUZA, 2016, p. 42).

Seu meio de fuga para resolver os problemas do território brasileiro era através da modernização, de um plano de desenvolvimento¹³, havia a idealização de que a nação iria prosperar na esperança de novos tempos, criou-se a ideia de uma economia inovadora que abriria as portas para novos segmentos de indústrias, com destaque para a automobilística, e a indústria de bens duráveis.

¹³ Segundo Montenegro, JK, na qualidade de guia, “[...] apresenta um plano de desenvolvimento, de enriquecimento e prosperidade. Ora, planejar é acreditar no futuro e o plano de metas empolgara parcela significativa do coletivo social, que nele passou a acreditar cada vez mais. O plano de metas, ou seja, o conjunto de projetos que visavam à solução de vários problemas econômicos do país, sendo que alguns deles se propunham solucionar os mais significativos problemas sociais, da época [...]”. (MONTENEGRO, 2001, p. 340).

Com isto, várias obras foram iniciadas a este contexto, foi capitaneado para a elaboração de um discurso populista em torno de JK. De acordo com Montenegro:

Em todo país, praticamente, encontrava-se uma construção, uma obra do programa de desenvolvimento do governo. Estradas, siderúrgicas, usinas, fábricas, escolas estavam sendo construídas, e, à medida que ficavam prontas, aumentava a visibilidade do governo, a confiança na sua política, e sua popularidade. (MONTENEGRO, 2001, p. 358).

Entretanto, o Presidente do progresso que ia modernizar o Brasil através do desenvolvimentismo, escondia outros problemas econômicos. O município de Campina Grande, assim como toda a região nordestina, estava esquecido economicamente, enquanto os principais investimentos financeiros eram centralizados na região Sudeste.

Este distanciamento para com o Nordeste persistia de muito tempo, até porque, de acordo com o historiador Albuquerque Júnior (2011), em seu Livro “A Invenção do Nordeste e outras artes”, o Nordeste foi sendo constituído diante de discursos como a seca, de um espaço subalterno, da fome, do atraso.

A região Nordeste é elaborada pelos discursos oficiais enquanto uma região fadada ao fracasso em virtude de seus fatores naturais, e esse determinismo acaba por forjar uma identidade regional, de um discurso tradicionalista, diferentemente dos discursos narrados da cidade de São Paulo, por exemplo, a qual se destacava pelo seu fator urbano-industrial.

Na leitura do texto de Albuquerque Júnior (2011), encontramos narrativas de correntes com os paradigmas naturalistas, os quais trouxeram a visão dicotômica do Brasil, onde se reproduziu a ideia de ter o lado Sul como uma área dita moderna, e na parte Norte, um local ponderado como arcaico, em que o passado pesava sobre o presente, aqui encontramos o contraste, criado por essa linha de pensamento, entre o novo e o velho. Esse paradigma naturalista construiu imagens de uma região Sul desenvolvida por ser um local tido como superior ao Norte.

Com a Crise econômica mundial de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, a qual trouxe interferência no mercado capitalista internacional, onde o liberalismo econômico se encontrava em colapso, houve uma grande recessão na economia brasileira na década de 1930, como por exemplo, a queda da produção agrícola, e o aumento do desemprego nas grandes cidades.

Uma das formas encontradas pelo governo para tentar sair dessa crise foi promover a expansão industrial, porém, essa propagação se intensificava com mais eficiência na região Sudeste, estes investimentos acabaram por provocar a migração de nordestinos para esta região, em busca de oportunidades de emprego longe de suas terras.

Diante desta perda de espaço para o Sudeste, tanto com relação ao setor industrial quanto a captação de mão de obra, o Nordeste passa a lançar mão de diferentes estratégias para atrair a atenção de investidores e do governo federal para fomentar seu processo de industrialização.

De acordo com Albuquerque Júnior:

Um Nordeste construído como espaço das utopias, como lugar do sonho com um novo amanhã, como território da revolta contra a miséria e as injustiças. Um lugar onde a preocupação com a nação e com a região se encontrava com a preocupação com o 'povo', com os trabalhadores e com os operários. Um espaço não mais preocupado com a memória, mas com o 'fazer história'. Um espaço conflituoso, atravessado pelas lutas sociais, 'pela busca do poder'. Um espaço fragmentado, em busca de uma nova totalização, de um novo encontro com a universalidade. Um Nordeste não mais assentado na tradição e na continuação, mas sim na revolução e na ruptura. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 207- 208).

No entendimento do historiador, observamos que o Nordeste passa a ser imaginado com novas significações, é construído uma narrativa da qual pretendia tirar a região da miséria e das injustiças sociais, a ideia de um Nordeste alicerçado na tradição passou a ser questionada, descobrimos elementos do novo em contraposição ao antigo.

No período da Era Vargas, momento de criação de várias políticas em prol dos trabalhadores a exemplo da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que trouxe vários benefícios para os trabalhadores como leis de proteção ao trabalhador, regulamentação do trabalho feminino, e a jornada de trabalho de oito horas, além da criação de incentivos para o desenvolvimento das indústrias no país, tais medidas não foram suficientes para alavancar a economia brasileira, principalmente da região Nordeste.

O problema econômico do Nordeste se perpetuou dentre as décadas do século XX, e não foi diferente no governo presidencial de Juscelino Kubitschek (1956- 1961), observamos um presidente mais preocupado com a nova Capital do Brasil, chamada Brasília, do que com o Nordeste, o qual se encontrava em total esquecimento, segundo Souza: “a região Nordeste se exibiu como a mais atrasada do Brasil e a construção de uma nova capital não iria remediar tais dificuldades.” (SOUZA, 2016, p. 59).

Uma dos esforços para atrair os olhares de investidores para a região nordestina ocorreu durante o Primeiro Encontro de Bispos do Nordeste¹⁴, ocorrido em maio de 1956, na cidade de Campina Grande, onde bispos, políticos, técnicos, e o próprio Kubitschek, participaram, e promoveram debates, propostas, e planejamentos para o crescimento econômico do Nordeste.

¹⁴ Identificamos uma grande influência da Igreja Católica na Ordem Política brasileira no século XX, uma relação de apoio ou de críticas, de acordo com Tavares: “O catolicismo oficial, para se afirmar como poder, se alia ao poder político para combater o liberalismo, o comunismo e assegurar a ordem e a segurança da nação brasileira. Assim a Igreja se distancia do povo e do catolicismo popular, se coloca ao lado das oligarquias conservadoras [...]” (TAVARES, 2011, p. 270- 271).

Montenegro, relata que ao cooperar com o evento, “Juscelino não apenas comprometeu-se a solucionar a questão social no Nordeste, mas também convenceu o clero do significado do seu apoio para o governo que se iniciava sob tão profunda tensão” (MONTENEGRO, 2001, p. 363). Este acontecimento motivou posteriormente JK na composição do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN¹⁵.

Com a nova política traçada pelo GTDN, o Nordeste passou a está em pauta na ideia desenvolvimentista de Kubitschek, não que ele se comoveu com a situação da região, mas porque outras forças nordestinas, como políticos, empresários, e religiosos, queriam soluções viáveis para o progresso daquele povo.

Diante disso, outros órgãos foram ganhando destaque para o projeto do novo Nordeste, como por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o qual tinha sido promulgado em lei no ano de 1952, porém que se intensificou na década de 1960, quando o banco investiu mais na iniciativa privada, como na indústria, e na agropecuária.

A Operação Nordeste, implementada por Juscelino, abria-se, como retrata Souza, “para o horizonte econômico do Nordeste, uma nova oportunidade de desenvolvimento, logo, as expectativas de um povo maltratado pelas secas se revolveriam em realidade a partir do incentivo à indústria regional” (SOUZA, 2016, p. 63).

A SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, foi outro órgão implementado no governo JK, ela sucedeu a GTDN, a mesma foi criada no ano de 1959, e tinha como intuito “promover uma efetiva intervenção do governo no Nordeste, com o principal objetivo de subsidiar e coordenar seu desenvolvimento” (SOUZA, 2016, p. 64), em outras palavras, a SUDENE seria o principal condutor das políticas públicas designadas para o progresso do Nordeste, não somente o progresso, como também a redenção para uma região que sofria tanto com a desigualdade social.

O pensamento enraizado de progresso e desenvolvimento, explorados por Juscelino Kubitschek, retratava os meios de progredir a nação brasileira, se tratava de discursos em uma expectativa do futuro presente, podemos enxergá-la a partir do que afirma Koselleck, uma expectativa “voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (Koselleck, 2006, p. 310), em uma crença de modernização que estava em percurso, como destaca a historiadora Montenegro:

¹⁵ De acordo com o historiador Lima: “A política de industrialização traçada pelo GTDN tinha triplo objetivo, dar emprego a essa massa populacional fluente, criar uma nova classe dirigente imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região capitais formados em outras atividades econômicas que, eventualmente, tendiam a emigrar para outras regiões, principalmente para a região Sudeste.” (LIMA, 1996, p. 20).

Essa crença que forjava uma nova mentalidade devia-se, sobretudo, a confiança e ao otimismo que se criou em relação ao governo JK, com as mudanças causadas pela acelerada modernização em curso. A SUDENE, nascia, em dezembro de 1959, portanto, sob o signo de uma mentalidade nova, otimista, crente no destino de grande nação. (MONTENEGRO, 2001, p. 365).

Desse modo refletimos que a acelerada mudança da experiência histórica no Brasil, trouxe, no governo JK, uma ideia fundamentada na modernização e desenvolvimento, este mesmo pensamento estava conectado com os ideais do prefeito de Campina Grande, Newton Rique, em 1963, sua campanha política se articulou com base na expectativa de construir uma cidade moderna no horizonte do progresso.

3.2. Newton Rique: O representante campinense do tão sonhado desenvolvimentismo.

Nesse horizonte do progresso, o novo padrão de indústria, que nascia em Campina Grande na década de 1960, estava ligada a uma política progressista de modernização e desenvolvimento, e um dos nomes para esse progresso industrial no município foi o empresário Newton Rique, este era candidato à prefeitura de Campina Grande em 1959, pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro¹⁶.

Segundo as páginas do Diário da Borborema, analisadas pelo historiador Souza (2016), Rique foi sendo produzido como a pessoa correta para levar a cidade ao progresso, desenvolvimento e modernização, seu lema era implantar um governo progressista e moderno, principalmente no que se refere à indústria, tal como foi o pensamento de Kubitschek, seu projeto, era de fazer uma “revolução da Prosperidade” na Rainha da Borborema, tendo como enfoque o progresso da civilização e desenvolvimento da indústria.

Newton Rique foi sendo retratado enquanto um novo tipo de político, que se diferenciava dos políticos antigos ligados às práticas coronelistas tradicionais, era um político que tinha sua fala associada pelo jornal, enquanto um discurso fundamentado na razão científica que apostava na mudança e na modernização, diferente de seu adversário a prefeitura, Severino Cabral, que foi descrito como o político da arrogância, do atraso, do coronelismo, da simultaneidade. Sendo assim, construiu-se “uma nova era de prosperidade e produtividade, onde os métodos arcaicos de governo não mais faziam sentido. Consequentemente, os velhos

¹⁶ Sobre o PTB, Segundo a historiadora Delgado (2001): “Dentre os diferentes partidos e segmentos que participaram da construção de um projeto político e social orientado de forma geral por tais objetivos, destaca-se o Partido Trabalhista Brasileiro, que, identificando com tais proposições peculiares à conjuntura com formada pelos anos 40, 50 e 60, apresentou um projeto específico para o Brasil: o trabalhismo brasileiro. Um projeto nacional bastante preciso, bem definido e concatenado com a visão de futuro que alimentou as esperanças de parte da população brasileira em um tempo singular da história republicana brasileira”. (DELGADO, 2001, p. 172- 173)

vícios eleitorais perdiam seus espaços diante da simples, mas fugaz capacidade técnica” (SOUZA, 2016, p. 158).

Nas eleições municipais de Campina Grande, em agosto de 1959, Severino Cabral saiu vitorioso. Apesar da derrota de Newton Rique, a ideia de um novo fazer político em sua pessoa continuava evidente, os “campinenses cada vez mais ‘desejavam’ o futuro que Newton Rique prometia” (SOUZA, 2016, p. 143).

Assim, nas eleições municipais de 1963, Rique, junto com o vice Williams Arruda, se lançou novamente como candidato a Prefeito de Campina Grande. Sua proposta era resolver “a precária condição dos sistemas de abastecimento de água e fornecimento de energia, o saneamento básico, a falta de estímulo à industrialização, carência de escolas e obras assistencialistas, todas entregues à penúria” (SOUZA, 2016, p. 145).

Sua promessa de levar a Rainha da Borborema ao tão sonhado progresso, fez com que até tivesse o apoio do seu anterior adversário no ano de 1959, Severino Cabral. Newton Rique se tornou prefeito de Campina Grande em 11 de agosto de 1963, esta vitória foi bastante aclamada nas páginas do jornal Diário da Borborema, como observa Souza:

O jornal deixa transpassar um sentimento de total confiança na industrialização promovida por Newton Rique. O centenário da Rainha da Borborema era um ano de comemorações para o Diário da Borborema. Eram 100 anos de progresso e trabalho que se desenrolaram até a ‘eleição de um homem capaz de governar o município no ritmo almejado’ para uma cidade com tão forte história. (SOUZA, 2016, p. 146).

Dois grandes feitos na gestão de Newton Rique devem ser levados em consideração, primeiro, a implantação do Distrito Industrial em 31 de dezembro de 1963, junto com o governo do Estado Pedro Gondim, e a vinda da indústria de porte grande, a Wallig Nordeste em 1966.

Nas páginas do Diário da Borborema, Newton Rique foi sendo personificado como aquele capaz de levar Campina Grande ao progresso, era necessário implementar um novo tipo de indústria, uma indústria moderna, ligada à técnica, e a razão, uma indústria fundamentada numa ideia progressista que tendia a renunciar com o tempo passado, e construir um novo espaço de experiência.

Rique é apresentado como um continuador do ideal desenvolvimentista idealizado por Juscelino Kubitschek:

O Diário da Borborema deixava claro ao dizer que a consecução das ambições ‘newtistas’ poderia imprimir um novo ritmo ao progresso da cidade, adequando-se a ‘padrões tão complexos’ apresentados pela economia nacional. Ora, Campina não podia progredir de forma isolada, não cabendo a ela definir as medidas e dinâmicas econômicas do país, mas sim, inserindo-se naquelas já preconizadas pelo presidente Juscelino Kubitschek. (SOUZA, 2016, p. 148).

Entretanto, Newton Rique teve pouco tempo de mandato, devido a sua cassação no período de ditadura militar em 1964, esta cassação ocorreu devido a aproximação que Juscelino

Kubitschek, então senador, tinha com Rique. Os discursos elencados no Diário da Borborema relatavam a satisfação da imprensa local pela implantação da “Revolução Militar”, ao mesmo tempo insatisfação com a saída do então prefeito campinense.

Era como se o sonho de ver a Rainha da Borborema desenvolvida estivesse acabado, Souza relata que:

Apesar de, atualmente, a ideia de simpatizar com o Regime Militar brasileiro pareça repreensível, à época era visto como a solução para acabar de vez com a corrupção que prejudicava o aparato político do país. Mesmo assim, sendo observado como uma solução para o contexto político nacional, trouxe consequências aterradoras à Rainha da Borborema que assistiu chorosa, o adeus do homem que ‘se responsabilizaria’ por um progresso e prosperidade desejados para Campina Grande. O DB nomeava de ‘equivoco irreparável’ a uma cidade que não podia fraquejar, deslizar, correr o risco de perder seu prestígio diante do contexto econômico da região. Pensou-se que ali fosse o fim dos longos anos de expectativa e esperanças depositadas do discurso desenvolvimentista. (SOUZA, 2016, p. 151).

Quem assume o cargo de Newton Rique como Prefeito de Campina Grande é Williams Arruda no dia 30 de setembro de 1964, este continuou com a mesma proposta do Prefeito anterior, de uma política desenvolvimentista, segundo Lima:

Apesar dessa diferença, Williams Arruda continua com a política desenvolvimentista iniciada por Newton Rique e até inova em alguns setores, quando procura diversificar mais os investimentos públicos, investindo tanto em infra-estrutura básica, como na garantia de mão-de-obra qualificada. (LIMA, 1996, p. 49).

Com o decorrer da década de 1970, percebemos que a política desenvolvimentista, iniciada por Newton Rique em Campina Grande, passou por uma crise econômica. Essa crise estava relacionada a princípio com o êxodo rural, pois, a população urbana crescia pelo fato de que muitas pessoas da zona rural migraram em busca de oportunidades de empregos no município campinense, logo, o crescente aumento da população urbana, exigia da política econômica da cidade muitas oportunidades de empregos.

Entretanto o desenvolvimento industrial da Rainha da Borborema, tão sonhado na década de 1960, na política de Rique, não foi o bastante para resolver o problema do desemprego, observamos no texto de Lima que:

Estes fatores já seriam suficientes para detectarmos que a economia do município atravessa uma crise, e que o tão sonhado desenvolvimento industrial não foi suficiente para resolver problemas como o do desemprego. Ao contrário, tornando-se pólo de desenvolvimento através da industrialização, a cidade torna-se também pólo de atração de levas de pessoas da zona rural, que sonham com uma oportunidade de emprego na cidade. (LIMA, 1996, p. 76- 77).

Um dos problemas que devemos levar em consideração para essa crise, foi a baixa quantidade de projetos aprovados pela SUDENE, esses poucos projetos ficaram à margem dessa idealização de uma cidade industrialmente desenvolvida, além disso, no decorrer da Ditadura Militar, as capitais dos estados do Nordeste, se tornaram privilegiadas na política

tributária, a qual oferecia mais investimentos para o desenvolvimento e industrialização, porém, outras cidades de porte médio, como Campina Grande, foram esquecidas, o que ocasionou a crise, como destaca Lima:

Entre os diversos fatores que contribuíram para que a industrialização de Campina Grande entrasse em crise, dois são considerados aqui como essenciais. O primeiro é a quantidade de projetos aprovados pela SUDENE, para o município, que fica aquém das expectativas; o segundo, bastante relacionado com o primeiro, é a mudança na política tributária adotada pelo regime militar após 1965, que passa a adotar uma política centralizadora privilegiando as capitais em detrimento das cidades de porte médio como Campina Grande. (LIMA, 1996, p. 80- 81).

Diante disso, Campina Grande desacelera seu ritmo de industrialização, e ver a capital do estado da Paraíba, João Pessoa, disparar na frente, além do mais, a crise industrial da cidade fica mais evidente com o fechamento da Indústria Wallig Nordeste em 1979, um grande abalo no setor industrial campinense, e também, indústrias de porte grande que foram perdendo destaque como forças do setor fabril. Nesse período, sobreveio aos cidadãos campinenses uma forte crise¹⁷ econômica devido ao alto índice de desemprego.

Todavia, nosso objetivo não é abordar sobre a crise do desenvolvimentismo e modernização de Campina Grande, mas sim relatar como a cidade se inseriu nesse novo contexto da industrialização. A partir da década de 1960, observamos um novo conceito de indústria implementada no município campinense, surgem fábricas ditas como modernas, aproximadas ao discurso da técnica e da ciência.

É uma nova maneira de se pensar o ambiente fabril, uma mentalidade nova da qual teve o apoio de associações importantes para que a ideia desenvolvimentista fosse colocada em prática, como a FUNDACT, Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, a SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a CINEP, Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba, a FIEP, Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, e o SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Diante disso, identificamos uma nova maneira de se pensar indústria em Campina Grande, uma industrialização no horizonte do progresso.

¹⁷ Sobre a crise econômica na década de 1970 em Campina Grande, o historiador Leite afirma que: “[...]a década de 1970 vai sendo marcada pelo fechamento de várias indústrias na cidade, do aumento de desemprego somado ainda à incessante migração que, por consequência, ia amontoando pessoas desempregadas ou que trabalhassem em empregos informais com baixa remuneração, sendo obrigados a procurarem as periferias em busca de abrigo – estimulando e agravando um processo de favelização crescente na cidade. Para aqueles que não tinham acesso à boa parte desse propalado progresso restava o improvisado, o reinventar.” (LEITE, 2017, p. 64).

4 CAPÍTULO III. “UM PROJETO EMPRESARIAL VIÁVEL E RACIONAL”: A NOVA EXPERIÊNCIA FABRIL DE CAMPINA GRANDE.

4.1. Uma outra industrialização no horizonte do progresso: O novo espaço de experiência fabril na cidade de Campina Grande.

O novo espaço de experiência fabril surge por intermédio de organizações que conduziram o município campinense ao tão aclamado progresso industrial, a SUDENE¹⁸, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, teve uma grande participação para o crescimento industrial de Campina Grande, isso porque quando a cultura do algodão começou a perder espaço na sociedade campinense, várias indústrias modernas, de determinados segmentos, começaram a se instalar no município graças ao seu auxílio. Com a SUDENE, de acordo com Lima (1996): “a cidade destaca-se pelo número de projetos enviados ao órgão, como também pelas facilidades criadas para instalação de indústrias no município” (LIMA, 1996, p. 35).

Diante do número de projetos, Alves destaca que: “Na primeira década de instalação da Sudene, de 1961 a 1970, Campina Grande foi contemplada com a aprovação de 26 projetos industriais. Desses, 11 projetos foram de instalação de indústrias, 10 de ampliação e ou modernização e 5 de reformulação financeira” (ALVES, 2012, p. 51).

Ao analisarmos a Revista do Fisco, da década de 1970, encontramos muitas narrativas em torno da SUDENE, esta, foi discursivamente pensada como um órgão de grande relevância para a nova industrialização de Campina Grande.

Mergulhando na linha teórica do historiador Reinhart Koselleck, entendemos que o historiador ao se imergir no passado, ultrapassa “suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós” (Koselleck, 2006, p. 310), de outro modo, analisar determinado momento histórico é compreender as condições das histórias possíveis, de uma história constituída pelas experiências, por isso a noção de “espaço de experiência e horizonte de expectativa” é de grande relevância para pensar a industrialização em Campina Grande diante da Revista do FISCO.

¹⁸ Segundo o historiador Souza: “A SUDENE objetivava o nivelamento socioeconômico das regiões brasileiras, coordenando a distribuição de incentivos fiscais para o crescimento do setor industrial no Nordeste brasileiro. De tal modo, não demorou muito para que tais empreendimentos alcançassem também Campina Grande, recebendo sua tão ansiada “dose” de modernização e desenvolvimento.” (SOUZA, 2016, p. 14).

A Revista do Fisco foi criada pela AFRAFEP- Associação dos Fiscais de Renda e Agentes Fiscais da Paraíba, esta, teve a ideia de produzir um jornal do fisco paraibano na década de 1960, muito bem quisto pela elite, entre eles, contadores, advogados, promotores, juizes, todos que lidam com questões fiscais e tributárias. De um jornal, a AFRAFEP introduziu um outro segmento do mesmo, uma revista mensal, então surgiu a Revista do Fisco, no ano de 1969.

A Revista do Fisco é um periódico constituído pelo órgão de classe do fisco paraibano, produzida pelos próprios servidores, tendo a contribuição de jornalistas, e técnicos em artes gráficas, sua primeira edição foi de 1969, tendo sua produção intensificada na década de 1970. Seu objetivo era trazer matérias relacionadas a questão fiscal, tributária, econômica, financeira, administrativa, as atividades gerais dos governantes e do setor privado, a revista também aborda sobre o comércio, a agricultura, e a industrialização.

No decorrer do percurso de nossa pesquisa, encontramos nas páginas da Revista do Fisco, em maio de 1970, uma narrativa que tende a anunciar Campina Grande como uma cidade atrativa para os investimentos da SUDENE, são discursos proliferados dos quais trazem na matéria: “Campina Grande – Pólo de Desenvolvimento”, a importância socioeconômica da cidade dentro da região nordestina, nas palavras do autor:

Situada equidistantemente dos principais centros consumidores da vasta região nordestina, Campina Grande ocupa posição privilegiada dentro da conjuntura socioeconômica da área de atuação da SUDENE, constituindo-se, no Nordeste, mais um polo de desenvolvimento, oferecendo, entre outros fatores, condições infra-estruturais básicas para a implantação de novos empreendimentos industriais considerados prioritários para o desenvolvimento regional.¹⁹

Observando a citação acima, nos deparamos com o discurso embasado na ideia de desenvolvimento e crescimento, encontramos aqui a formação de uma experiência industrial na perspectiva da elite paraibana na cidade de Campina Grande, trazendo a visão de um município que se destacava por ser interiorano, e privilegiado de ter a SUDENE como uma área de atuação para investimentos socioeconômicos no setor fabril, para uma cidade da qual se emitia como moderna, a SUDENE se abrigava dentro de um horizonte de futuro, promulgando o que mais se esperava da industrialização, como condições de infra estruturas ideais para o progresso da região.

Outro ponto importante que devemos destacar é sobre os incentivos fiscais fundamentados na SUDENE, na Revista do Fisco, ainda em maio de 1970, vemos uma

¹⁹ REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 4, ano 2, n. 4, maio 1970, p. 26.

entrevista com o então presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba- FIEP, Agostinho Veloso da Silveira, o qual traz uma narrativa afirmando que:

[...] Não resta dúvida de que somente tem sido possível o grande volume de investimentos privados no Nordeste em razão dos incentivos fiscais da legislação federal. [...] Sem as vantagens oferecidas pela legislação pertinente a SUDENE. Mais particularmente sem as vantagens oferecidas pelos artigos 34/18, os investidores de outras regiões do país não teriam vindo instalar suas fábricas no Nordeste. Há, entretanto, ainda pequenos detalhes a sanar.²⁰

Diante disso, apreendemos no relato de Silveira, que os incentivos fiscais seriam os meios de fugas para lidar com os problemas da industrialização nordestina, a SUDENE recebia assim incentivos fiscais designados para a industrialização do Nordeste, os artigos 34/18, autorizava as empresas a utilizar do imposto de renda para realizar investimentos no Nordeste, assim houve um impulso na abertura de indústrias com custos baixos para os empresários, pois o dinheiro investido emanava do governo federal.

Sobretudo, não bastava o governo investir no Nordeste, diante dos artigos 34/18 pela SUDENE, era necessário que os empresários, junto com a iniciativa privada, entendesse a importância de fazer empreendimentos no Estado paraibano, é o que observamos na fala do então vice presidente da FIEP, Fernando Marques de Almeida, em um relato nas entrelinhas da Revista do Fisco, entre janeiro e fevereiro de 1972, na manchete anunciada, “Em Prol da Industrialização da Paraíba”, o mesmo diz:

A Paraíba necessita de um novo impulso em prol de sua industrialização, agora que conta, melhor do que antes, com recursos de infraestrutura e com seus dois Distritos oferecendo condições locacionais das melhores na região. Não depende só dos governos, mas também da iniciativa privada paraibana, nosso maior desenvolvimento industrial. Nesse sentido é que fazemos o apelo aos nossos conterrâneos no sentido de que não deixem de aplicar suas disponibilidades do 34/18, e procurem empreendimentos aqui localizados para fazer, quanto possível, essa aplicação[...].²¹

Observamos nesse relato do empresário Fernando Marques de Almeida, que os distritos industriais, localizados na Paraíba, tinha uma das infraestruturas mais eficientes do Nordeste, toda essa eficácia foi resultante dos incentivos fiscais nos artigos 34/18 pela SUDENE, a qual foi sendo constituída de forma muito útil para a industrialização da região, porém, não adiantava ter investimentos do governo se a elite empresarial paraibana pouco se empreendia nas localidades industriais, por isso vemos a convocação do então vice presidente da FIEP, para que a iniciativa privada dos conterrâneos paraibanos pudesse impulsionar o desenvolvimento industrial na Paraíba, e nela inserida a cidade de Campina Grande.

²⁰ Ibid., p. 17.

²¹ REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 16, ano 4, n. 16, janeiro/fevereiro 1972, p.11.

Vemos a construção de um novo tempo em Campina Grande, um município agora entrelaçado nas novas experimentações, a SUDENE fez parte dessa experiência de industrialização, mas, para o desenvolvimento da indústria na cidade, outras iniciativas foram relevantes neste processo, a Rainha da Borborema, desde os últimos anos da década de 1950, foi sendo constituída como um grande pólo industrial, sendo considerada como uma das maiores cidades do interior brasileiro, e com um poderio fabril muito presente, obteve órgãos essenciais na possibilidade de progresso para a região.

Analisando outro fragmento na Revista do Fisco, encontramos um discurso, na matéria citada acima, “Campina Grande – Pólo de Desenvolvimento”, o qual traz um nível de destaque para o município no início da década de 1970, são palavras que narram a construção de uma nova Campina Grande no contexto industrial, uma cidade arraigada em um ambiente repleto de instituições, órgãos, e escolas, dos quais tendiam a mudar o contexto fabril, vemos a formação de um espaço útil onde os trabalhadores são distribuídos em um aparelho de produção, é relatado que:

Além de sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba e do serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI que vem contribuindo cada vês mais para o aperfeiçoamento do seu grande contingente de mão-de-obra, Campina Grande conta com moderníssimo e Distrito Industrial operado e administrado pela Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba – CINEP, Sociedade de economia Mista criada pelo Govêno João Agripino, que nos seus dois anos de funcionamento vem dotando o Distrito Industrial da Rainha da Borborema de uma infraestrutura compatível com as mais avançadas exigências da tecnologia moderna. Estas obras de infraestrutura vêm sendo implantadas em ritmo bem acelerado.²²

Explorando o trecho acima, identificamos a construção de um “espaço útil” para a nova industrialização campinense, articulando com o pensamento de Foucault (2014), encontramos indivíduos inseridos dentro de um espaço industrial onde as atividades são distribuídas sobre um aparelho de produção.

Com o intuito de entender como a fábrica começa a ser vista pela classe dominante diante das novas formas de poder, e de como a fábrica passa a ser regida por novas estratégias de controle, encontramos duas instituições que estão inseridas nesse novo contexto fabril da Rainha da Borborema, como a FIEP, ou mais precisamente, Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, que se instalou no território campinense em 1949, e a instituição de ensino SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, presente desde a década de 1950, essas instituições foram estratégias utilizadas para o fomento da atividade industrial na cidade.

²² REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 4, ano 2, n. 4, maio 1970, p. 26.

A fábrica com seu novo ritmo de organizar o trabalho, o tempo, e a disciplina necessária para esse tipo de produção fez surgir a necessidade de educar e disciplinar os trabalhadores para este ofício. Assim, observamos esses centros de formação enquanto um aparato disciplinar para treinar essa mão de obra técnica que a indústria necessitava.

Os distritos industriais instalados na Paraíba, pelo Governador Pedro Gondim, em 1963, segundo o decreto nº 3.491, foram de extrema importância para a política de desenvolvimento do estado, estes distritos tinham por objetivo realizar a “arrumação espacial do aparelho de produção”, proporcionando uma infraestrutura da mais moderna e de alta tecnologia para fábricas grandes e pequenas se favorecer de projetos elencados pela SUDENE.

A CINEP, Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba, foi um órgão criado em 1964 pelo Governo do Estado, que teve grande relevância para o projeto de construção dos distritos industriais, este projeto contava com a ideia de loteamento dos terrenos e da implementação de galpões multifabris, o historiador Lima afirma que:

Com a construção destes galpões, as indústrias que estivessem interessadas em se instalar no Estado já dispunham de instalações para compra ou aluguel. Com este programa, a CINEP conseguiu construir de 1973 até 1980, 21 galpões, sendo 11 em João Pessoa e 10 em Campina Grande. Destas 21 unidades construídas todas foram ocupadas. (LIMA, 1996, p. 57).

Os lotes e galpões se apresentavam como locais específicos para o mais recente produzir fabril, vários destes espaços foram reservados caso os projetos fossem aprovados pela SUDENE, percebe-se assim, que naquele tempo histórico, onde tanto a política paraibana e campinense, quanto a elite empresarial, estava conectada para promover o desenvolvimento industrial da Paraíba, como, por exemplo, a construção de distritos industriais.

Neste horizonte de expectativa, encontramos justamente essa ideia narrada nas escritas da Revista do Fisco. No tópico intitulado “CINEP do Terreno à Fábrica”, em agosto de 1974, é dito que:

Quando se diz ‘Traga as máquinas. A fábrica é conosco’ isto se deve a que toda uma série de incentivos fiscais e locacionais já vêm sendo oferecidos, culminando, agora, com os edifícios industriais que a CINEP constrói em área privilegiada, providos de energia, água, esgoto, e telefone, prontos para ser ocupados e entrarem em operação tão logo o empresário traga as máquinas. [...] Portanto, o programa de galpões é montado sobre uma estrutura que começa com dois distritos industriais já consolidados, apoiados, naturalmente, pelos incentivos fiscais oferecidos pelo Estado e pelo Governo Federal. [...] Os Distritos Industriais constituem o instrumento mais eficaz de que dispõe a Paraíba para promover a implantação de novas indústrias. São duas áreas preparadas exclusivamente para receber os novos empreendimentos industriais, oferecendo todos os serviços de apoio às empresas. Contam com uma infraestrutura em condições de atender, da forma mais versátil, os mais variados tipos de indústrias, estando providos de água, rede coletora de esgotos, energia elétrica em

alta e baixa tensão, sistema telefônico, arruamento definido, e localizados às margens das principais vias federais de escoamento (BR-101 e BR-104).²³

“Traga as Máquinas”, é assim que se inicia a citação acima, percebemos a responsabilidade da qual é lançada sobre o órgão paraibano CINEP, vemos o convite propagado para que as indústrias se instalem na Paraíba, sob a propaganda de que o Estado daria total assistência garantindo a permanência delas, esta garantia viria através dos incentivos fiscais, e com a concessão de espaços industriais equipados com “energia, água, esgoto, e telefone”, neste sentido observamos a criação de um espaço ideal, pois, se os empresários brasileiros esperavam as condições mais modernas para as implantações de suas indústrias, a Paraíba tinha esse ambiente, e em especial a cidade de Campina Grande.

É neste contexto que encontramos no município campinense o programa de galpões implantados no Distrito Industrial através da CINEP, na última parte da citação, vemos discursos que narram os novos empreendimentos industriais, os galpões foram criados na expectativa de abrigar indústrias com novas experiências fabris, fábricas agora ligadas a técnica e a ciência, portanto, estes espaços tinham que conter infraestruturas e condições de receber os mais recentes investimentos do mundo fabril.

Cabe registrar a imagem fotográfica do Distrito Industrial de Campina Grande presente na Revista do Fisco, ainda na matéria “CINEP do Terreno à Fábrica”, em agosto de 1974, a foto ainda em preto e branco, traz uma visão panorâmica dos galpões multifabris:

Imagem 2: Distrito Industrial de Campina Grande em 1974.



Fonte: REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 28, ano 6, n. 28, agosto 1974, p.13.

²³ REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 28, ano 6, n. 28, agosto 1974, p.13.

Observamos na figura a visão panorâmica do Distrito Industrial de Campina Grande na metade da década de 1970, vemos na foto, ainda em preto e branco, um espaço designado para o produzir fabril, um lugar com o terreno plano, sem casas residenciais, pois está afastada dos bairros populares.

Ao analisarmos o uso desse registro fotográfico na Revista do Fisco, em agosto de 1974, precisamos destacar o lugar social da imprensa e sua fundamental importância enquanto fonte para estudarmos diferentes momentos históricos. Ao fazer este exercício, o historiador deve indagar: em qual contexto histórico a imagem foi produzida? Qual público a revista pretende atingir com a imagem?

Na tentativa de responder a tais questões, percebemos que por ser uma revista que para além dos auditores fiscais, circulava também no setor privado, tendo como leitores a elite empresarial que lidava com as questões burocráticas no campo industrial e no comércio local, vemos o uso desta imagem na matéria enquanto uma tentativa de representação do distrito industrial construído em alinhamento com as reformas urbanas condizentes com as de uma cidade moderna e organizada, com ruas pavimentadas e bem espaçosas, além da visão dos galpões multifabris, de indústrias instaladas preenchendo todo o terreno.

Percebemos que os associados da Revista do Fisco trazem na imagem a ideia de uma industrialização forte, de uma cidade preparada para levar o progresso que a modernização industrial prometia, de uma experiência fabril organizada pelo desenvolvimento técnico, científico e econômico.

Outra instituição que se instalou na cidade de Campina Grande foi a FUNDACT, que é a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica²⁴, a iniciativa privada também estava atuante em Campina Grande, muitos intelectuais da cidade se instigaram pela política desenvolvimentista da década de 1960, estes intelectuais, segundo Lima, “liderados por Edvaldo de Souza do Ó e Lopes de Andrade, criam a FUNDACT Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica” (LIMA, 1996, p. 51).

A FUNDACT buscava guiar a indústria local e os que queriam se introduzir na cidade, por meio de assistência assessorada e construção de planos fabris, além disso, a FUNDACT procurou subsídios e incentivos dos governos para estas indústrias. A FUNDACT também

²⁴ Para mais informações sobre a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica- FUNDACT, e sua ligação com a educação voltada para o mercado de trabalho, no contexto da década de 1960, indicamos a leitura da dissertação de mestrado, “Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)”, da historiadora Silvana Torquato Fernandes, principalmente o tópico 3.2. do terceiro capítulo, intitulado de: “Da crise às discussões sobre o ensino superior”.

mantinha a Faculdade de Filosofia de Campina Grande, “onde se formava uma nova geração de intelectuais, e fundou a Escola Industrial de Campina Grande, com o objetivo de fornecer técnicos para a indústria em expansão.” (LIMA, 1996, p. 52).

Levando em conta a importância e o destaque no qual a industrialização de Campina Grande exercia, percebemos que houve uma transformação da indústria na cidade, se as primeiras indústrias que se instalaram em Campina Grande tinham uma ligação muito forte com a cultura do algodão, principalmente as fábricas de beneficiamento, prensagem de algodão, e tecelagem, as indústrias, a partir da metade do século XX, com mais intensidade na década de 1960, começaram a se disseminar entre variados segmentos dentro do território campinense.

A cidade passou a ter uma infraestrutura no qual possibilitou a vinda de várias indústrias à localidade, de acordo com os geógrafos Farias & Costa, este “atrativo, juntamente com a oferta de mão-de-obra barata e abundante, seriam fundamentais para a consolidação da pretensa função industrial que Campina Grande passava a incorporar” (FARIAS & COSTA, 2017, p. 21).

Percebemos assim a experiência de um novo tempo do industrialismo na Rainha da Borborema, uma nova experiência histórica que traz uma narrativa de uma cidade que se destaca na região nordestina, são esses “atos linguísticos que ajudam a criar acontecimentos ou a constituir uma narrativa histórica” (Koselleck, 2006, p. 268), desta forma, encontramos nas páginas da Revista do Fisco esse esforço de através da narrativa, construir uma nova imagem para Campina Grande como podemos ver na matéria: “Cidade de Vocação Industrial”, em maio de 1977, onde se diz:

Campina Grande é a cidade de vida intensa, onde se concentram os maiores exportadores de algodão do Nordeste. Seus artesões são famosos, pela imaginação criadora e capacidade de realização. Foi sua excepcional posição geográfica, equidistante dos principais centros consumidores do Nordeste, que lhe assegurou a invejável condição de um dos mais importantes centros distribuidores de bens e serviços da região nordestina. [...] Campina Grande participa com 32 por cento do valor total das vendas efetuadas na Paraíba. É sede da Federação das Indústrias da Paraíba, com 263 estabelecimentos industriais. [...] A mão de obra geral é abundante e aflui de quase todo o interior nordestino, atraída pela variedade de oferta de emprego local. Cerca de 800 oficinas mecânicas para conserto de automóveis, fabricação de pequenas peças, revelam uma vocação e uma amostra desse potencial.²⁵

Analisando a fonte, encontramos a construção de uma imagem de Campina Grande enquanto um espaço de vocação para o mundo do trabalho, quando se diz, “cidade de vida intensa”, compreendemos como o turbilhão da vida moderna, aquilo que o historiador Koselleck (2006) chama de “ritmos temporais”, na medida em que a intensidade da vida

²⁵ REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 50, ano 8, n. 50, maio 1977, p.15.

moderna vai se acelerando no município campinense, mais experiências vão ganhando destaque, se por um lado, quando se dar ênfase a cidade como exportadora de algodão, do seu prestígio histórico no contexto do “ouro branco”, por outro, identificamos a capacidade de sua gente trabalhadora, da qual realça a cidade em uma posição geográfica diferenciada no Nordeste, não somente isto, Campina Grande também é descrita pelo seu alto número de estabelecimentos industriais, a mão de obra abundante, assim como a variedade de empregos, onde nos submergem a pensar a disseminação das atividades industriais.

A industrialização se tornou assim a válvula de escape no horizonte de futuro da Rainha da Borborema, entretanto, o novo projeto de indústria, uma indústria moderna, também projetava um novo trabalhador, este aqui especializado, tendo formação em diversas áreas para se adequar às necessidades que as fábricas exigiam, para a formação deste novo trabalhador especializado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI²⁶, a partir da década de 1950, teve um grande destaque na composição de trabalhadores para o contexto fabril de Campina Grande, imergindo a cidade cada vez mais nas veredas do desenvolvimentismo.

Em uma das passagens da Revista do Fisco, identificamos, na matéria “SENAI no Desenvolvimento da Paraíba”, no ano de 1972, a ideia proposta da instituição SENAI, o fragmento diz:

Hoje, com trinta anos de existência, os trabalhos do SENAI estão bem diversificados. Além dos Centros de Formação Profissional, que continuam a ‘fabricar’ trabalhadores para a indústria, são desenvolvidas muitas outras atividades visando ao treinamento ao aperfeiçoamento da mão-de-obra e, ainda, à orientação técnica desses trabalhos, para que sejam executados de modo cada vez mais racional.²⁷

Vemos, portanto, que o SENAI foi sendo constituído em Campina Grande como uma instituição de ensino que atuava para formar trabalhadores para o mundo fabril, onde os operários se submergiam em uma técnica e racionalidade segundo os moldes ideias que a elite industrial almejava.

Para exercer determinadas tarefas no cotidiano produtivo, os empresários necessitavam de pessoas capacitadas, e o SENAI se introjetava no município como uma instituição de ensino fundamental para qualificação de mão de obra, os colaboradores ao serem treinados estavam habilitados tecnicamente para cumprir com suas obrigações deliberadas pelos superiores hierárquicos.

²⁶ Sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI, indicamos um estudo mais detalhado do historiador José Francisco Bernardo de Souza, em sua monografia, “Metamorfose de si: A construção identitária da escola SENAI em Campina Grande (1957- 1964)”.

²⁷ REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 16, ano 4, n. 16, janeiro/fevereiro 1972, p.20.

Dessa forma, ao receber o treinamento em escolas de formação como o SENAI, os futuros operários penetravam em um espaço disciplinador onde os alunos passam a ser moldados da forma como a indústria necessitava. Quando observamos a ideia de “Fabricar trabalhadores para a indústria”, conforme citado na matéria da Revista do Fisco, podemos perceber a visão da escola técnica como este lugar de treinamento, destinado para a disciplinarização do futuro trabalhador que seria adestrado para atuar no ambiente fabril, um corpo obediente, disciplinado, pontual, ágil, atencioso às normas e técnicas, um corpo útil para determinada mão de obra.

4.2. “Em Campina Grande, uma empresa modelo: Silvana”.

Sabendo que as primeiras fábricas de Campina Grande estavam relacionadas com o período de efervescência do algodão, e que a partir da década de 1950 observamos a construção de uma nova industrialização na cidade, identificamos no decorrer de nossa pesquisa, relatos de um projeto empresarial classificado enquanto viável e racional: a Indústria Silvana, esses relatos são encontrados na nossa fonte primária, a Revista do Fisco em 1979, onde é descrito sobre o tipo de indústria modelo partindo da visão do empresário Ivan Farias.

A elite empresarial campinense buscou construir uma indústria moderna, na tentativa de produzir fábricas racionais, que prezavam pela organização e qualidade, eram fábricas que estavam em constante modernização, equipadas com maquinários novos, operários especializados para cada função, recebendo “bons tratos” dos superiores hierárquicos, esses aspectos discursivos são identificados na fábrica Silvana, na edição 72 da Revista do Fisco em agosto de 1979, no tópico intitulado de “Em Campina Grande, uma empresa modelo: Silvana”.

Para adentrarmos nos depoimentos relatados por Ivan Farias, referente ao tópico acima, é importante destacar não a imagem vitoriosa do gestor, mas abordar como os discursos disseminaram a ideia de uma empresa modelo, ora, o próprio conceito de modelo traz em si um fundamento de referência, de um padrão a ser seguido, a empresa Silvana foi sendo descrita na Revista do Fisco como o estabelecimento exemplar que a modernidade industrial campinense se imergia. O primeiro ponto que devemos destacar na edição 72 da Revista do Fisco é capa, nela encontramos uma ênfase maior ao proprietário, como destaca a imagem:

Imagem 3: Capa da edição 72 da Revista do Fisco.



Fonte: REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 72, ano 10, n. 72, agosto 1979

Observando a imagem acima, nos propomos a analisar com mais detalhes os elementos que compõe a capa da Revista, vale ressaltar que de acordo com Toledo (2012) para a investigação de uma fonte impressa é necessário que o historiador observe o tamanho da fonte, o destaque na capa, se existe colunas nos textos, qual o papel utilizado, se tem cores, se tem fotos e figuras, qual linguagem usada, tudo isso é fundamental para compreender qual o público em que o periódico se destina, como ele destaca:

O pesquisador deve se perguntar por que, dentro do que se dispunha no momento histórico em questão, aquelas características materiais foram escolhidas pelos editores do periódico. O fato de um jornal ou revista ter acabamento mais simples ou mais sofisticado, pode trazer, por exemplo, informações a respeito do perfil econômico do público ao qual se destinava, o que, por conseguinte, permite ao historiador a identificação da classe social alvo do periódico. (TOLEDO, 2012, p. 264).

Tomando como base essa citação de Toledo (2012), relacionando com a imagem, identificamos a fotografia do empresário Ivan Farias, gestor da firma Silvana, o mesmo preenche todo o espaço necessário da capa, a foto do proprietário não foi colocada aleatoriamente, a mesma tem como finalidade destacar a matéria principal da edição 72 de 1979, “Em Campina Grande, uma empresa modelo: Silvana”.

A imagem bem colorida, e letras bem visíveis, traz uma narrativa que percorre os campos do fisco e econômico, na capa percebemos que não se tratava de uma revista produzida para a massa popular paraibana, e sim para uma elite empresarial, de homens de negócios, dos

quais estavam preocupados com as questões financeiras, o próprio empresário Ivan Farias, personalidade chamativa da Revista, nos submete a interpretar o imagético da elite empresarial campinense, vemos no panorama de sua figura um gestor com vestes elegantes, como terno e gravata, a sua feição traz em si o aspecto do gestor paterno, moderno, e organizado.

Os relatos que a Revista do Fisco nos proporciona na matéria, “Em Campina Grande, uma empresa modelo: Silvana”, em agosto de 1979, retrata sobre uma entrevista realizada com o empresário Ivan Farias, o mesmo é identificado como uma referência da elite empresarial campinense, com ênfase na sua empresa, a Indústria Metalúrgica Silvana Ltda.

Nosso objetivo não é fazer a história de Ivan Farias, todavia, desenvolver uma escrita que transcorra como os proprietários fabris foram fomentando a ideia de uma indústria dita moderna na Rainha da Borborema, fundamentados na expectativa de um desenvolvimento e de um crescimento futuro.

Identificamos na fala do proprietário os desafios dos quais a nova industrialização trajava:

‘No mundo de hoje [...], o empresário ou procura evoluir para esta concepção social do trabalho ou sacrificará o futuro da sua empresa. O que é preciso é conscientizar o operário, treiná-lo, especializá-lo, levá-lo ao alto grau de eficiência e produtividade, porque assim, ele não somente não terá esse direito de participação, mas sobretudo, de crescer com a empresa. Colocar o direito no papel não é difícil. Mas, já não é tão fácil criar as condições de sua efetiva realização ponto e isto exige perfeita conscientização e perfeita integração entre o empregador e o empregado, dentro de um projeto empresarial viável e racional’.²⁸

O discurso difundido pelo gestor da Silvana mostra os meios dos quais a indústria moderna deveria ter para não se tornar obsoleta, que é “conscientizar o operário, treiná-lo, especializa-lo, levá-lo ao alto grau de eficiência e produtividade”, mas esses termos discursivos estão englobados em um espaço de disciplina, são as disciplinas formadoras de corpos dóceis, corpos úteis para o produzir fabril, de acordo com Foucault:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

²⁸ REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 72, ano 10, n. 72, agosto 1979, p.33.

Para o autor, o corpo humano na sociedade moderna se tornou alvo das relações de poder, ou uma maquinaria de poder da qual se constitui dentro de uma estrutura social, o poder²⁹ é algo exercido dentro do corpo social, como uma relação de forças, que tem por objetivo não afligir, ou maltratar o corpo, mas formar corpos dóceis, aprimorados, adestrados, e úteis, projetados por uma anatomia política, ou uma mecânica do poder, é nesse sentido, que encontramos na fala do empresário Ivan Farias, o poder disciplinar sendo aplicado, para ele o operário deve ser conscientizado, treinado, e especializado, no intento de explorar o corpo ao ápice da eficiência e produtividade incorporado na empresa, de tornar o sujeito histórico força de trabalho útil.

Como já foi falado anteriormente, a experiência histórica se modifica por cada temporalidade, a indústria Silvana, por exemplo, estava experimentada nos novos segmentos dos quais a modernização industrial projetava, a Revista do Fisco, em 1979, trouxe no relato do empresário Ivan Farias, um padrão de indústria modelo a ser seguido, com um espaço fabril racional, e um poder patronal paterno, entretanto, o que seria uma fábrica paterna? A historiadora Rago (1985), quando analisa a pedagogia paternalista dos patrões, entre 1890-1930, ressalta que para o poder patronal ser aplicado não adiantava apenas reprimir e punir o trabalhador, era necessário criar um novo tipo de patrão, surgiu assim a “pedagogia ‘paternalista’ dos patrões”. A historiadora afirma que no começo do século XIX apareceu a figura do patrão como pai, onde os trabalhadores faziam parte da grande família operária, Rago afirma que:

A burguesia industrial interfere desde cedo nos rumos da formação da classe operária, procurando neutralizar os movimentos políticos dos trabalhadores e relacionar-se com eles de maneira individualizada, ignorando suas entidades de classe, tanto quanto possível. Por outro lado, incentiva a assimilação de práticas moralizadas e tenta adestrar os dominados para extrair o maior rendimento possível, acompanhando-os também nos momentos de não-trabalho. Portanto, a atuação patronal foi marcada ambigualmente pela intenção de proteger os trabalhadores que viviam em condições deploráveis, mas, ao mesmo tempo, de controlar e disciplinar todos os seus hábitos. (RAGO, 1985, p. 13).

Seguindo a linha de visão de Rago (1985), a atuação patronal na indústria foi caracterizada por uma conduta de relação entre pai e filhos, isto é, um contato fraterno do qual tendia proteger o trabalhador de condições lastimáveis, mas ao mesmo tempo o instigar para

²⁹ De acordo com o filósofo Machado, em sua análise das obras de Foucault, “O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma ‘positividade’. E é justamente esse aspecto que explica o fato de ele ter como alvo o corpo humano, não para suplicia-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestra-lo. Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. Pois o seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. (MACHADO, 2007, p. 172).

seu melhor rendimento, através do controle e da disciplina de seus hábitos, essa familiaridade paterna é identificada na fala de Farias sobre sua relação na Indústria Metalúrgica Silvana Ltda, com seus operários, perpassa-se assim a imagem de uma fábrica fraterna, como se os trabalhadores atuassem em um ambiente de perfeita harmonia, vejamos com mais detalhes o pensamento do patrão:

Pagamos bem aos nossos operários. Temos dado, casa, automóvel, bicicleta a vários deles. Fazemos questão de pagar bem a eles agora exigimos a eles que correspondam a essa condição. Não todos, mas muitos deles, além dos salários, têm participação nos lucros da empresa. É um sistema muito bom, que desperta no operário maior interesse em aumentar a produtividade, estamos nos organizando para que todos possam participar dos lucros, ele trabalha com mais entusiasmo, mais zelo pela empresa e isso vai contagiando os outros colegas, estimulando-os a conquistarem idênticas vantagens no processo natural de ascensão e promoção dentro da empresa. Há em Campina Grande abundância de mão-de-obra boa e especializada. Nós podemos perfeitamente fazer essa seleção e dá uma boa condição aos que correspondem ao nosso padrão de eficiência e produtividade. Quem não se ajusta esse padrão sabe que é muito fácil para sua substituição. Isso funciona muito bem na empresa e sou um entusiasta da mão-de-obra especializada de Campina Grande. Nós temos em Campina Grande gente muito boa para trabalhar.³⁰

O primeiro ponto do qual devemos destacar sobre esse paternalismo, é a proteção, o empresário mostra em seu discurso paterno o sentido de proteger, como por exemplo, o fato de pagar bem aos seus operários, de premiá-los com casas e automóveis, de colocar os salários em dia, todos esses bônus estão englobados em um contexto de paternidade, ou seja, uma relação de pai, aqui o empresário, com filhos, que nessa analogia são seus operários, o proprietário Ivan Farias mostra em seu discurso uma conexão sadia interiorizada em sua fábrica, em um espaço produtivo que desfrutava de entusiasmo, estímulo, e conquista.

A narrativa do empresário, porém, nos leva ao segundo ponto levantado desse paternalismo, a disciplina³¹. Observamos em seu discurso o propósito de dar boas condições aos seus operários, todavia, para obter esta proteção, a massa trabalhadora deveria estar sempre empenhada e adaptada ao padrão de desempenho cobrado pela empresa.

Dessa forma, cria-se a ideia de uma fábrica paternalista, onde todos produziam de maneira harmônica e voluntária, porém, trata-se apenas um discurso de uma elite empresarial, que por meio do poder disciplinar, põe em prática um sistema de poder coercitivo que leva os trabalhadores a produzirem cada vez mais em conformidade ao sistema da empresa, um sistema

³⁰ REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 72, ano 10, n. 72, agosto 1979, p.36.

³¹ Conforme Foucault, a “disciplina ‘fábrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2014, p. 167).

do qual, por meio da promessa de benefícios, cobra de seus operários uma constante qualificação e disciplina.

Podemos perceber também tal coerção no discurso de Ivan Farias ao afirmar que em Campina Grande havia uma abundância da mão de obra especializada, e assim, caso o operário não se adequasse ao modelo de eficiência e produtividade exigido, era facilmente substituído por outro melhor preparado. Em outras palavras, ou o operário mudava a sua conduta na fábrica, ou seria expulso dela.

Para uma industrialização fundamentada na modernidade do final da década de 1970, vemos na Revista do Fisco, na matéria destacada, um projeto industrial ligado à técnica e a racionalidade, a Indústria Silvana, sob o comando de Ivan Farias, se projetou na cidade enquanto um lugar que produzia trabalhadores especializados para cada segmentos de sua indústria, além disso, o tempo útil do trabalho deveria ser usufruído de modo que não houvesse perda no processo produtivo.

Diante disso, vejamos a fala do proprietário:

Para cada função, temos sempre mais de um operário especializado. Se um adoece, tem outro para assumir o lugar. Se o outro faltar, os diretores resolvem o problema, porque nós aprendemos a fazer tudo, de modo que, se for o caso, qualquer um de nós vai e resolve o problema naquela emergência. Fizemos questão de aprender tudo. Sabemos mandar fazer porque sabemos fazer e, quando houver necessidade, nós mesmos fazemos. Nossas embalagens, em papelão e em madeira, nós mesmos fazemos.³²

Compreendemos nesse trecho como era aplicado o sistema fabril centralizado na fábrica em questão, e também, que o empresário tem em seu pensamento a ideia de dar condições necessárias aos trabalhadores e, conseqüentemente, obter o máximo de produção.

Traçando um paralelo com o modelo de análise desenvolvido por Rago (1985), diferentemente das antigas “fábricas satânicas”, onde os patrões enxergavam apenas o lucro, e não se preocupavam com a especialização do funcionário, as “fábricas higiênicas”, a exemplo da Silvana, na década de 1970, buscavam passar uma imagem de que estavam embasadas em um saber técnico, em que tentavam especializar cada campo fundamental da empresa, por isso a necessidade de ter sempre trabalhadores treinados para cada segmento. Mesmo se houvessem pessoas doentes, teria que ter “outro para assumir o lugar”, na narrativa de Ivan Farias todo o setor industrial tinha que estar preparado para atender a demanda da produção.

Antes de continuarmos a análise das discussões levantadas em torno do moderno na narrativa do empresário Ivan Farias destacado na Revista do Fisco em 1979, precisamos antes

³² REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 72, ano 10, n. 72, agosto 1979, p.36.

de tudo destacar no trabalho de Rago (1985) quando ela fala sobre “Purificar o espaço fabril”, vemos em sua escrita, a transição daquilo que ela chama de “fábrica satânica” para a “fábrica higiênica”, essa transição ocorreu, diante das pressões do movimento operário contra as más condições de trabalhos exercidos nas fábricas paulistas do começo do século XX, Rago alega que:

[...] as próprias pressões do movimento operário forçam o patronato e o Estado a se posicionarem frente aos problemas enfrentados pelos trabalhadores. Nesse sentido, todo um conjunto de práticas disciplinares, paulatinamente constituídas, apontarão para a construção da ‘fábrica higiênica’, antítese da fábrica escura e satânica odiada pelos operários, e de uma cidade purificada e absolutamente saneada. (RAGO, 1985, p. 36).

A fábrica satânica, seriam as primeiras fábricas do Brasil nas últimas décadas do século XIX, os seus espaços eram escuros e insalubres, apertados e sem higiene, o que afetava diretamente na saúde dos operários, os mesmos detestavam estes espaços, pois se sentiam sugados pelo poder patronal, poder este exercido por patrões que se assemelhavam ao poderio do exército, onde os operários trabalhavam para dar a meta do capital exigido.

Já a “fábrica higiênica”, que substituiu a “fábrica satânica”, passou a ser o novo modelo disciplinar de indústria, ela se tornou um espaço mais tranquilo, agradável, limpo, atraente, fugindo daqueles aspectos de insalubridade. Surgiu então um novo modelo de fábrica, defendida pelo estado, médicos higienistas, e pelos industriais liberais. Um setor fabril baseado em um saber científico, onde o poder hierárquico promovia o espírito de concorrência entre os operários, e que mudava o ritmo do trabalho.

Rago (1985) ao abordar sobre essa transição entre a “fábrica satânica” para a “fábrica higiênica”, relata que a disciplina e a vigilância continuavam fazendo parte deste novo tipo de fábrica, agora com outros objetivos, nascendo assim, uma disciplina inteligente e consciente.

Podemos fazer um paralelo das análises de Rago (1985), quando a historiadora fala em “fábrica satânica” e “fábrica higiênica”, para entendermos a mudança na experiência moderna da industrialização que ocorreu em Campina Grande, observamos uma experiência fabril em meados de 1940, fundamentada no período fervoroso do algodão, onde as primeiras indústrias eram de beneficiamentos, têxteis, e Sisais, essas indústrias estavam focadas na produção, mas não havia um alinhamento tão profundo com outros saberes técnico-científicos, diferentemente da nova experiência industrial que surgiu na cidade a partir da década de 1950, uma industrialização fortemente atrelada à ideia de modernização, desenvolvimento, e progresso.

Essa nova experiência da indústria, seria uma maneira de avançar a cidade, de constituir um novo tempo, é nesse contexto que identificamos a Indústria Metalúrgica Silvana Ltda em 1979. Na fala de Ivan Farias, na matéria, “Em Campina Grande, uma empresa modelo:

Silvana”, destacada na Revista do Fisco, observamos a ênfase dada a modernização do ambiente fabril:

‘Graças a essa preocupação de melhoria e qualitativa dos nossos produtos[...] a procura no mercado acentuou-se de tal forma que tivemos de aumentar a produção. Nosso mercado hoje vai de Bahia até Manaus e, a cada dia, estamos aumentando mais a produção. Para isso procuramos modernizar nosso equipamento, nossa ferramenta, no interesse até mesmo de reduzir os custos operacionais. Produtos que exigiam quatro, cinco operações, fabricamos hoje, com essas ferramentas mais modernas, em duas, três operações. O produto foi melhorado, o custo foi reduzido e, com isso, melhorou nossa condição de competitividade’.³³

O empresário mostra em sua narrativa a preocupação com a qualidade do produto fabricado, a indústria Silvana era especialista na fabricação de artefatos como fechaduras e dobradiças, o mercado que abrangia esses itens eram lojas de materiais de construção, distribuidoras, construtoras e indústrias de portas, mas para obter um retorno financeiro, a fábrica necessitava investir na melhoria de seu produto e na qualidade, com o intuito das vendas das mercadorias Silvana transitar pelo Brasil, era necessário modernizar os equipamentos.

A maquinaria nova era sinônimo de vigor, de ter mais durabilidade, qualidade, segurança, desempenho, rendimento, mais produção, menos tempo de máquina parada, reduzindo os custos operacionais, ou seja, com os maquinários modernos, os produtos passavam por poucos processos operacionais, isso refletia no baixo custo para a fabricação dos artefatos, trazendo mais condição de competitividade.

Todavia, não era apenas os maquinários que necessitavam de mudança, o ambiente fabril também precisava se modernizar, como destaca Ivan Farias:

[...] Ao lado disso nos voltamos para a modernização da própria empresa, de sua organização, sua estrutura e funcionamento. Eu sentia a necessidade disso. Não adianta cuidar-se de melhorar o sistema de produção, relegando-se o segundo plano a organização da empresa. Uma coisa tem de acompanhar a outra. Para isso, contratei os serviços de um escritório especializado de São Paulo. Tudo foi reorganizado, dando-se maior racionalização e eficiência a todos os setores, inclusive a parte burocrática. Foram implantados métodos de informação e controle que me permitem um acompanhamento perfeito de tudo e tomadas de decisão rápidas e prontas. [...]Hoje não funcionamos mais à base da improvisação, mas, sim do planejamento, de uma programação previamente estudada e estabelecida, apenas com a flexibilidade necessário ao ajustamento e revisão em função da dinâmica do mercado. Aí reside também uma das razões do excelente desempenho de nossa empresa. Posso dizer com certa vaidade, que considero justa, que nunca pagamos impostos com um dia de atraso, nunca pagamos um título com um dia de atraso, enfim, que somos uma empresa que se impõe por sua organização e a seriedade com que se cumpre e honra os seus compromissos[...].³⁴

Identificamos na fala do proprietário um discurso que se apresentava como científico, racional, e moderno, a fundamentação técnica de organização do trabalho estava enquadrada

³³ REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 72, ano 10, n. 72, agosto 1979, p.35.

³⁴ REVISTA DO FISCO. João Pessoa- Pb: AFRAFEP, edição 72, ano 10, n. 72, agosto 1979, p.35.

no novo modelo de fábrica proposto pela elite empresarial campinense desde a década de 1950, principalmente quando o distrito industrial implantava os galpões multifabris, que tinha por objetivo abrigar indústrias com outras experiências industriais, aparece então uma nova maneira de se pensar o ambiente fabril, uma mentalidade nova.

Analisando o fragmento, a primeira pergunta que nos cabe é: Em qual circunstância o empresário Ivan Farias diz que sentia a necessidade da modernização da empresa, da sua organização, estrutura e funcionamento? Ora, se ele afirma em sua narrativa que sentia essa necessidade, era porque sua indústria precisava acompanhar o ritmo acelerado da modernidade no ambiente industrial da década de 1970, fábricas que produziam sem se adequar a esse sistema, se tornaram ultrapassadas, por isso que seu objetivo enquanto gestor era produzir, todavia tendo como primeiro plano a organização da fábrica.

Percebemos nesse contexto, o moderno sendo aplicado no interior produtivo da Silvana, como por exemplo, a introdução de um escritório especializado, o qual cuidava das questões burocráticas da empresa, a implantação de métodos de informação e controle, auxiliando nas tomadas de decisões rápidas e práticas, a partir desse aspecto moderno, o empresário afirma que “tudo foi reorganizado”, se houve uma reorganização é porque em um dado momento tudo era desorganizado, nessa análise, vemos uma mudança da experiência fabril, ou como nas palavras da historiadora Rago (1985), uma purificação do espaço fabril, a construção de uma fábrica higienizada, racionalizada, e moderna, baseada em um saber científico.

Pensando a fábrica higiênica, Rago afirma que: “A valorização do modelo da fábrica ‘higiênica’ marca o despontar da mudança para um novo regime disciplinar, que pretende tornar o espaço da produção tranquilo, agradável, limpo e atraente para o trabalhador e trata-lo como um ‘cidadão consciente e inteligente’” (RAGO, 1985, p. 37). Relacionando a citação de Rago (1985), com a fala do empresário Ivan Farias, podemos descrever o modelo de empresa Silvana, como um tipo de “fábrica higiênica”, onde encontramos elementos de um espaço fabril racionalizado, isso demonstrado na narrativa do gestor, quando afirma que houve um planejamento em sua indústria da qual promoveu uma “maior racionalização e eficiência a todos os setores”.

Assim sendo, todo esse aparato identificado na Indústria Metalúrgica Silvana Ltda, nos leva a ver a construção de uma empresa dita como moderna, uma fábrica que se enquadra nesse novo modelo de experiência fabril, que analisamos entre as décadas de 1960 e 1970. A segunda onda de industrialização em Campina Grande, a partir da década de 1950, projetava uma industrialização ligada a um saber científico, vemos na figura do empresário Ivan Farias, um novo tipo de patrão, este aqui, moderno, civilizado, dinâmico e educado, a sua fábrica se encaixa

no padrão de indústria da época, classificado enquanto viável e racional, entretanto, a disciplina e a normatização continuava fazendo parte dessa nova experiência industrial de Campina Grande.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei esta pesquisa em torno da proposta de industrialização na cidade de Campina Grande, tinha muitos pensamentos para abarcar todo esse processo. Entretanto, devido a necessidade de distanciamento e isolamento social em decorrência da pandemia da doença Covid-19, precisei buscar novas maneiras de tratar este tema.

A princípio, a ideia era fazer um estudo junto aos trabalhadores do ambiente fabril, investigando sobre os medos e anseios dos operários no tocante a ocorrência de acidentes no trabalho, e sua relação com a seus direitos, condições de trabalho, gestão e demais questões que regem esse cotidiano das fábricas. Esta ideia precisou ficar para outro momento, que pretendo desenvolver brevemente, nas próximas etapas de minha formação acadêmica.

Então, diante das condições impostas por esse novo “normal”, vi no trabalho bibliográfico e documental a oportunidade de continuar neste tema, porém, mudando um pouco o recorte. Usando como ponto de partida um artigo que apresentei durante a I Semana de História da UEPB realizada em 2019, no qual abordei sobre o início da industrialização campinense, e ao me deparar com o acervo online da Revista do Fisco, vislumbrei a oportunidade de analisar alguns dos discursos que fomentaram o desenvolvimento das indústrias em Campina Grande.

Utilizando dos conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” do historiador Koselleck, vimos que o tempo moderno se encontra em constante transformação, um tempo presente, que na experiência moderna é vivenciada sob uma expectativa de progresso futuro.

Analisando as edições da Revista do Fisco, no recorte temporal de 1960 a 1979 sob a luz de tais conceitos, percebi a construção de uma nova experiência industrial em Campina Grande, no anseio de se distinguir de uma industrialização atrasada, arcaica e tradicional.

O município campinense buscou se construir enquanto uma cidade preparada para abarcar toda essa gama desenvolvimentista que se fez crescer na década de 1950, enraizada nos novos discursos do saber científico. A nova industrialização passou a abrigar as “fábricas higiênicas”, empresas que propagavam dispor de operários bem treinados, e de instalações que estavam enquadradas nas novas exigências que a modernização exigia.

Dessa forma, percebemos que a nova experiência industrial na cidade de Campina Grande está fundamentada na ideia de expectativa de futuro, onde as indústrias estavam em constante transformação se adaptando ao que a modernidade fabril anunciava. A

industrialização no município campinense intensificou seu caráter disciplinar, e foi modificando também as formas de controle do corpo conforme vimos nos depoimentos dos empresários. Sendo assim, é possível afirmar que a experiência industrial em Campina Grande foi um projeto formulado nas sendas da modernidade, mas como tudo que é moderno está em constante desintegração, a indústria não parou de se reinventar, ela segue tentando se adequar ao tempo, projetando-se para o novo, na crença de um iminente progresso sob a visão de um horizonte de expectativas.

REFERÊNCIAS

AGRA, Giscard Farias. “Modernidade aos Goles: A Produção de uma Sensibilidade Moderna em Campina Grande, 1904 a 1935”. UFPE: Recife- Pe, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “A invenção do nordeste e outras artes”. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Leonardo da Silva. “A industrialização incentivada do Nordeste e o caso de Campina Grande-PB”. Campina Grande, Pb: UEPB, 2012.

ARANHA, Gervácio Batista. “Campina Grande no Espaço Econômico Regional: Estrada de Ferro, Tropeiros e Empório Comercial Algodoeiro (1907-1957)”. UFPB: Campina Grande- Pb, 1991.

ARANHA, Gervácio Batista. “Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e Região: Tramas Político-econômicas e Práticas Culturais (1880- 1925)”. UNICAMP: Campinas- SP, 2001.

ARAÚJO, Francisca Pereira. “Tecendo Memórias, Fazendo Histórias: Mulheres e Trabalho Têxtil em Campina Grande- Pb entre 1960 e 1990”. Campina Grande: EDUFCEG, 2017.

BERMAN, Marshall. “Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”. São Paulo: Cia, das Letras, 1986 (adaptado).

CABRAL FILHO, Severino. “A Cidade Revelada: Campina Grande em Imagens e História”. Campina Grande- Pb: UFCG, 2009.

CABRAL FILHO, Severino. “A memória em disputa: O museu do Algodão de Campina Grande- Pb, 1973 – 2013”. Revista Memória em rede. Pelotas, Rs: UFPel, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945 – 1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). O Populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ELIAS, Norbert. “O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes”. Tradução de: JUNGMAN, Ruy. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha & COSTA, Antônio Albuquerque da. “As Rugosidades do Comércio Algodoeiro no Espaço Urbano Atual de Campina Grande- Pb”. Revista GeoSertões. Campina Grande- Pb: UFCG, 2017.

FERNANDES, Silvana Torquato. “Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)”, Campina Grande- Pb: UFCG, 2011.

FOUCAULT, Michel. “A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970”. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. “Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão”. Petrópolis- RJ: Vozes, 2014.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. “Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade”. Tradução, heloísa pezza cintrão, Ana Regina Lessa, edição 3. São Paulo: Editora da USP, 2008.

GOMES, Iordan Queiroz & COSTA, Luiz Carlos dos. “Sensibilidades Modernas: As Cidades e os Desejos do Moderno”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

GONZAGA DE SOUSA. Luiz. Economia, Política e Sociedade. Edição eletrônica, 2006, p. 73. Texto completo em [www. Eumed.net/libros/lgs-eps/](http://www.Eumed.net/libros/lgs-eps/).

HABERMAS, Jürgen. “O Discurso Filosófico da Modernidade”. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. “Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos”. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF. jacques. “História e Memória”. Ed: UNICAMP. Campinas- SP, 1990.

LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. “A frágil ‘Abertura’ de João Figueiredo: A redemocratização campinense em apuros (1979- 1985)”. Campina Grande: UFCG, 2017.

LIMA, Damião de. “O Processo de Industrialização Via Incentivos Fiscais: Expansão e Crise em Campina Grande”. UFPB: Campina Grande, 1996.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: Historia, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). “Fontes Históricas”. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111- 153.

MACHADO, Roberto. “Foucault, a Ciência e o Saber”. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. “Juscelino Kubitschek: Mitos e Mitologias Políticas do Brasil Moderno”. UNICAMP: Campinas- SP, 2001.

RAGO, Luzia Margareth. “Do Cabaré ao lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930”. Rio de Janeiro- Rj: Paz e Terra, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. “O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) História da Vida Privada no Brasil, volume 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SOUZA. Danilo Rodrigues. “O Ideário de Industrialização E Desenvolvimentismo nas Representações do Diário da Borborema (1957-1979)”. UFCG: Campina Grande- Pb, 2016.

SOUZA. José Francisco Bernardo de. “Metamorfose de si: A construção identitária da escola SENAI em Campina Grande (1957- 1964)” UEPB: Campina Grande- Pb, 2018.

TAVARES, Ruth de Fátima Oliveira. “A Igreja Católica e a Política: O Caso da Paróquia Sagrado Coração de Jesus (Pires do Rio, Goiás, 1964- 1985)”. Fragmentos de Cultura: Goiânia, 2011.

TOLEDO. César de Alencar Arnaut. “A Imprensa Periódica Como Fonte Para a História da Educação: Teoria e Método”. Revista HISTEDBR On-line, UEM: Campinas, nº48, 2012, p. 255- 268.

FONTES**Revista impressa:**

REVISTA DO FISCO. João Pessoa- PB: AFRAFEP – 1969 a 1979.